

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	4
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	5
1.5 Principais clientes	11
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	12
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	26
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	27
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	28
1.10 Informações de sociedade de economia mista	30
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	31
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	32
1.13 Acordos de acionistas	34
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	35
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	36
1.16 Outras informações relevantes	37
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	38
2.2 Resultados operacional e financeiro	44
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	48
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	49
2.5 Medições não contábeis	50
2.6 Eventos subsequentes as DFs	51
2.7 Destinação de resultados	52
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	53
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	54
2.10 Planos de negócios	55
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	58
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	59
3.2 Acompanhamento das projeções	60

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	61
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	72
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	73
4.4 Processos não sigilosos relevantes	75
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	83
4.6 Processos sigilosos relevantes	84
4.7 Outras contingências relevantes	85
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	89
5.2 Descrição dos controles internos	91
5.3 Programa de integridade	93
5.4 Alterações significativas	96
5.5 Outras informações relevantes	97
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	98
6.3 Distribuição de capital	155
6.4 Participação em sociedades	156
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	157
6.6 Outras informações relevantes	158
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	159
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	164
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	165
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	166
7.4 Composição dos comitês	171
7.5 Relações familiares	172
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	173
7.7 Acordos/seguros de administradores	197
7.8 Outras informações relevantes	198
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	199

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	200
8.3 Remuneração variável	201
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	202
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	203
8.6 Outorga de opções de compra de ações	204
8.7 Opções em aberto	205
8.8 Opções exercidas e ações entregues	206
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	207
8.10 Outorga de ações	208
8.11 Ações entregues	209
8.12 Precificação das ações/opções	210
8.13 Participações detidas por órgão	211
8.14 Planos de previdência	212
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	213
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	214
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	215
8.18 Remuneração - Outras funções	216
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	217
8.20 Outras informações relevantes	218
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	219
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	221
9.4 Outras informações relevantes	222
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	223
10.1 Descrição dos recursos humanos	225
10.2 Alterações relevantes	226
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	227
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	228
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	229
10.5 Outras informações relevantes	230
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	231
11.2 Transações com partes relacionadas	232
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	253
11.3 Outras informações relevantes	254
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	255
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	256
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	257
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	258
12.5 Mercados de negociação no Brasil	259
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	260
12.7 Títulos emitidos no exterior	261
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	262
12.9 Outras informações relevantes	263
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	264
13.1 Declaração do diretor presidente	265
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	266
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	267

1.1 Histórico do emissor

Descrever sumariamente o histórico do emissor

Em 2004, com a anuência da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), o Grupo Claro iniciou o plano de reorganização da estrutura de suas empresas, em decorrência do qual, em 27 de setembro de 2004, a Claro Telecom Participações S.A. ("Claro Participações" ou "Companhia"), foi constituída para atuar como *holding* controladora do Grupo Claro.

A Claro Participações é sediada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, tem por principal objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações e tem como controladora final a acionista América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

Em junho de 2014, a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), o registro de Companhia Aberta sob a categoria "A", o qual foi concedido em 05 de dezembro de 2014.

Em 2014, a Companhia simplificou sua estrutura societária por meio da incorporação da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. ("Embratel"), Embratel Participações S.A. e NET Serviços de Comunicação S.A. ("NET Serviços"), com a controlada Claro, por meio da qual todas as licenças pertencentes foram transferidas para a controlada Claro.

Em 11 de julho de 2019 a Companhia anunciou ao mercado que a marca NET deixou de ter uma atuação independente e passou a integrar o portfólio da controlada Claro, dando nome aos serviços voltados ao segmento residencial. Já no segmento corporativo, a Embratel seguiu sendo a marca da Claro dedicada às soluções que incluem aplicações em nuvem, segurança digital, IoT e serviços de TI, além dos serviços tradicionais de telecomunicações dirigidos a grandes empresas.

Em abril de 2025, a Claro anunciou que a Embratel agora é Claro Empresas. O movimento tem o objetivo de unir todo o conhecimento de tecnologia e conectividade em uma só marca, e reforçar o atendimento em negócios de todos os portes e segmentos.

A consolidação de ofertas de serviços na marca Claro foi um movimento alinhado às tendências tecnológicas apontadas para o setor. Ao concentrar os investimentos e a atuação mercadológica, a Claro ficou ainda maior e mais forte, com presença global e portfólio completo de serviços.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia é uma *holding* de instituições não-financeiras não operacional, a qual detém controle, direto ou indireto, das sociedades a seguir indicadas, as quais principalmente exploram serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional (os quais estão sujeitos à regulação da Agência Nacional de Telecomunicações - “ANATEL”), além de serviços de outras naturezas tais como a exploração de capacidade satelital, *streaming*, Serviços de Valor Adicionado – SVA, *call center*, comercialização e locação de equipamentos, e, de instituição de pagamentos (este último o qual está sujeito à regulação do Banco Central do Brasil - “BACEN”):

- Claro S.A. (“Claro”): Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal – SMP, Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC e Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, além de outros serviços como *“Streaming”*, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de equipamentos.
- Claro NXT Telecomunicações S.A. (“Claro NXT”): Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia – SCM, além de outros serviços como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de bens.
- Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (“Tvsat”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (Direct To Home - DTH), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.
- Americel S.A. (“Americel”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.
- BrasilCenter Comunicações Ltda. (“BrasilCenter”): Prestação de serviços de teleatendimento, intermediação de negócios e atendimentos presenciais, dentre outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales S.A. (Argentina): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- IMusica LLC (EUA): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.
- Telmex do Brasil S.A. (“TdB”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Claro Pay Holding S.A. (“Claro Pay Holding”): Participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).
- Claro Pay S.A. – Instituição de Pagamento (“Claro Pay”): Exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas. Em 21 de fevereiro de 2025 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo BACEN para funcionamento da controlada Claro Pay como instituição de pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica e iniciador de transação de pagamento.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações.

Não aplicável, a Administração entende que a Companhia representa apenas um segmento de negócio apesar das suas controladas diretas e indiretas exercerem atividades diversas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. Características do processo de produção

Infraestrutura e Tecnologias

Em 2024, a Companhia e suas controladas investiram R\$8,7 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede, equipamentos de TV por assinatura e banda larga.

Em 31 de dezembro de 2024, a infraestrutura estava integrada principalmente pelos seguintes componentes: sites celulares, fibra óptica, cabo submarino, satélites e *data center*.

As principais redes móveis que a controlada Claro utiliza são as tecnologias GSM/EDGE, 3G e 4G LTE. A controlada Claro propôs aumentar a velocidade de transmissão de seus serviços de dados, para isso vem ampliando a cobertura de suas redes 4G LTE, além disso, implantou a tecnologia 5G. Em dezembro de 2024, alcançou a marca de 13,7 milhões de clientes 5G, com 34,2% de participação de mercado.

A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo ao desenvolvimento e crescimento do país. Da mesma forma, possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Serviços e produtos

A Companhia, através de suas controladas, oferece pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados e TV por assinatura, serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital, *streaming*, serviços de valor adicionado – SVA, *call center*, comercialização e locação de equipamentos, e atividades de instituição de pagamentos.

b. Características do processo de distribuição

A Companhia, através de suas controladas, promove seus serviços e produtos por meio de diversos canais, a partir de estratégias focadas em segmentos específicos de mercado, buscando garantir que sua marca transmita uma imagem diferenciada e consistente. A Companhia anuncia em mídia impressa, rádio, televisão e digital, bem como por meio de campanhas publicitárias ao ar livre e patrocínio de eventos esportivos.

Uma das principais prioridades da Companhia e suas controladas é oferecer o melhor atendimento ao cliente, buscando melhorar constantemente a experiência de seus clientes, tanto por meio de seus serviços e produtos, quanto por meio de suas redes de vendas e distribuição. Os clientes podem obter respostas para suas perguntas ligando para um número gratuito, visitando o site e as mídias sociais.

A Companhia através de suas controladas, disponibiliza aos seus clientes uma loja *on-line* própria para venda de serviços e dispositivos pela internet. Os clientes pré-pagos do serviço móvel podem utilizar pontos de venda para recarga de créditos, em locais como lotéricas, correios, padarias, bancas de jornais, mercados, loja próprias entre outros. Também podem utilizar meios eletrônicos e aplicativos digitais, como cartão de crédito, aplicativos de bancos, PIX, *WhatsApp*, Claro pay, Mercado Pago, PagSeguro, URA, entre outros. Além da modalidade Flex (100% digital) onde o cliente pode pagar via cartão de crédito, recargas, PIX ou boleto bancário.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Nesta sessão se adotará o termo “Claro” nos comentários sobre o desempenho operacional dos negócios como um todo, e/ou “Claro Empresas” quando se tratar especificamente de negócios corporativos, conforme marcas adotadas comercialmente, independentemente através de quais empresas os respectivos serviços são prestados.

Serviços Móveis

Em 2024, alcançamos a marca de 13,7 milhões de clientes 5G, com 34,2% de participação de mercado. Destaque para a liderança da Claro nos 30 maiores mercados do Brasil, com 38,3% de *market share*.

A Claro encerrou 2024 com um total de 87,1 milhões de clientes móveis, com destaque na liderança em portabilidade, apresentando um saldo de 560 mil linhas portadas nos últimos doze meses, performance 3 vezes superior à do segundo *player*.

No pós-pago encerramos 2024 com 53,9 milhões de linhas, adicionando 2,4 milhões de clientes nos últimos doze meses e representando 61,8% da base total (+2,6 p.p na comparação anual), impulsionado pela liderança em portabilidade de linhas e aceleração das migrações de clientes pré-pagos para os serviços de receita recorrente.

A base pré-pago atingiu 33,2 milhões em 2024, com 32,5% de participação no mercado. O último trimestre apresentou aceleração na performance de recargas, impulsionada pelo lançamento da oferta “Prezão 1 real por dia”, que trouxe mais flexibilidade ao cliente, tornando sua experiência de uso mais simples e transparente. Destaca-se ainda o aumento de participação dos canais digitais próprios, concedendo mais comodidade e benefícios nas recargas, com crescimento superior a 30% na comparação anual.

O Claro *flex*, plataforma móvel 100% digital, manteve seu crescimento acelerado, consolidando-se como importante instrumento de transformação digital e de aumento da base de pós-pago, por meio de novas vendas e migração de clientes pré-pagos.

Destaca-se também o lançamento de um novo serviço de jogos chamado *Claro Gaming GeForce Now, streaming* na nuvem que se conecta às principais lojas digitais de games, com vários títulos e em qualquer dispositivo. O serviço está disponível nos planos pós-pago e banda larga fixa, reforçando a liderança da Claro em conectividade.

Serviços Residenciais

A Claro manteve o crescimento da sua base de assinantes de Banda Larga Fixa, com 278 mil adições líquidas positivas em 2024. E segue liderando o mercado de banda larga no Brasil, com 19,8% de participação de mercado em 2024. No segmento de “*ultra-high speeds*” (a partir de 500 Mbps), mantemos nossa liderança com 27,3% em participação de mercado, com adição de 1,6 milhões de clientes no ano.

A Claro alcançou o marco histórico de 10 milhões de clientes banda larga no segmento Consumo, refletindo sua força e sua liderança no Brasil.

Considerando todas as tecnologias, a Claro está presente em 512 municípios e 41,6 milhões de *Homes Passed (HPs)*.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em TV por assinatura, a Claro continua liderando o mercado brasileiro, com 45,7% de participação de mercado em 2024, tendo como principal estratégia a entrega da mais completa oferta de conteúdo. A plataforma de *Video On Demand* (VOD) continua sendo líder no mercado brasileiro, atingindo 98 mil títulos e cerca de 700 milhões de visualizações.

A base de clientes com a oferta convergente da Claro, que combina serviços residenciais e móveis, cresceu 9,1% em relação ao ano anterior, e segue sendo prioridade da Companhia para fidelização da base e aceleração do crescimento da receita.

A Claro foi vencedora do prêmio Consumidor Moderno 2024 na categoria Telecomunicações - TV por assinatura. O prêmio reconhece empresas que se destacam na qualidade do atendimento ao cliente, inovação e excelência em produtos e serviços.

Mercado Corporativo

A Claro Empresas manteve em 2024 o ritmo consistente e contínuo de crescimento de sua receita na comparação anual, com destaque nas Plataformas de Soluções Digitais e Mobilidade, impulsionadas pelos principais pilares: Cloud (+119,6%), Pós-Pago (+29,2%), *Omnichannel* (+19,3%), Segurança (+18,9%) e M2M/IOT (+7,0 %).

Seguimos com nossa estratégia de crescimento em Soluções Digitais, com ofertas *MultiCloud* para gestão de ambientes híbridos com modelos de fornecimento e implementação flexíveis, simples, rápidos e seguros. O objetivo dessa estratégia é ampliar a infraestrutura digital de clientes e intensificar a cultura de inovação para empresas de todos os tamanhos.

Os desfiles do Grupo Especial das Escolas de Samba do Carnaval do Rio de Janeiro e de São Paulo foram transmitidos por meio de 5G SA (*Standalone*) com *Network Slicing*. Essa foi a primeira vez que ambos os sambódromos contaram com a infraestrutura inovadora para maior garantia de banda, confiabilidade, agilidade e estabilidade na transmissão de vídeo de alta resolução de imagem e som para todo Brasil.

Satélites de Comunicações

A Companhia atua no mercado satelital de duas formas: com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes, usando as Bandas C, Ku e Ka (circuitos para dados e voz, internet e televisão) e por meio de uma Unidade de Negócio que fornece capacidade satelital para diferentes aplicações como televisão (Banda C e Banda Ku), redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina.

Atualmente, o Grupo Claro opera uma frota de cinco satélites, Star One C2, C3, C4, D1 e D2, refletindo a visão da empresa em expandir negócios de provimento de capacidade satelital no Brasil e em toda a América Latina, fortalecendo sua posição de liderança regional.

Serviços Digitais

A partir dos serviços de internet fixa e móvel, a Claro oferece um portfólio completo de serviços digitais para levar mais diversão e facilidade aos seus clientes, com a comodidade de pagamento em uma só fatura.

De forma recorrente a Claro busca aprimorar as ofertas de serviços digitais aos seus clientes, com melhoria contínua dos serviços ofertados de forma integrada ou não com os planos de telefonia móvel, fixa e banda larga, procurando adicionar conteúdos que sejam mais relevantes e agreguem mais valor aos clientes.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nesses últimos anos, impulsionados pelas novas tendências de consumo evoluímos bastante nosso portfólio de serviços digitais, com foco principalmente em três grandes categorias: Educação, Saúde e Entretenimento (*streamings* de Vídeo e Música).

- Em Educação, temos avançado com o lançamento de diversos serviços, com foco em levar novas formas de aprendizagem e conhecimento de qualidade aos nossos clientes através da conectividade. Um exemplo disso é o Claro Cursos, com o objetivo de auxiliá-la no aperfeiçoamento de habilidades das mais diversas áreas, desde técnico de informática, *marketing* digital e dicas para entrevista de emprego, apoiando no complemento de renda e na busca de novas oportunidades profissionais. Contamos, ainda, com o Claro Banca, que contém as principais revistas e jornais do país para o cliente ler onde e quando quiser, além de diversas opções de cursos de idiomas e Clubes de Leitura, nesse caso, com a entrega mensal de grandes títulos Best Sellers, diretamente no Smartphone do cliente, de forma escrita ou em formato audiobook, contribuindo na consolidação do nosso portfólio como o mais completo do mercado.
- Em Saúde, lançamos serviços inovadores com o objetivo de proporcionar conforto e agilidade no atendimento médico aos nossos clientes, com acesso de qualidade a consultas à distância, evitando filas em clínicas e hospitais. Destaque para o Einstein Conecta, produto disponibilizado em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein, mais focado no público Pós-pago com assinatura mensal, e também para o serviço Starbem, que oferece, além das consultas, desconto em exames laboratoriais e na compra de medicamentos, sendo ofertado com assinaturas semanais e valores mais acessíveis para o público de menor renda, especialmente Pré-Pago.
- Em Entretenimento, lançamos os principais serviços de *streaming* de vídeo do Brasil e do Mundo, entre eles Netflix, HBO Max, Discovery Plus, Disney+, Max, Globoplay, F1 TV Pro, Premier, Amazon Prime, Telecine, entre outros, com vantagens exclusivas na aquisição conjunta com as nossas ofertas de Banda Larga e Móvel. Clientes Claro contam, ainda, com maior comodidade no pagamento desses serviços em sua fatura, além de poder acessá-los diretamente através da sua Clarotv+. Outro destaque nessa categoria é o Claro Musica, serviço de *streaming* de músicas da operadora, que conta com um acervo de mais de 130 milhões de títulos e que passou a oferecer em 2022 a opção de acesso através do Clarotv+, possibilitando aos clientes ouvirem suas playlists favoritas direto da sua TV.

Para facilitar a adesão a esses serviços pelos clientes Claro, lançamos uma nova loja de apps dentro do aplicativo Minha Claro, proporcionando uma nova experiência para os clientes conhecerem e adquirirem os serviços digitais que a Claro oferece.

Serviços Financeiros

Desde março de 2021, a Claro pay disponibiliza, por meio do seu aplicativo, uma conta de pagamento que já ultrapassou a marca de 1,3 milhão de clientes cadastrados. A conta oferece uma ampla gama de serviços e facilidades, incluindo: transferências via Pix, recarga de bilhete único em São Paulo, recargas de celular para todas as operadoras (com benefícios exclusivos para clientes Claro), saques nos caixas eletrônicos da rede Banco 24 horas, pagamento de boletos, além de acesso a ofertas de crédito, seguros e assistências em parceria com empresas especializadas. Os clientes também contam com vantagens como *cashback* e descontos em compras realizadas em lojas conveniadas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ii. condições de competição nos mercados

A Companhia concorre com outros provedores de serviços móveis, banda larga e TV por assinatura. A concorrência continua intensa devido à saturação do mercado de serviços móveis e fixos, ao aumento dos investimentos em rede por parte dos concorrentes, ao desenvolvimento e implantação de novas tecnologias, à introdução de novos produtos e serviços, à incursão de novos operadores no mercado, à disponibilidade de espectro adicional concedido e não concessionado e às mudanças na regulamentação.

Os efeitos da concorrência sobre a Companhia dependem, em parte, do tamanho, do portfólio de serviços, da capacidade financeira e das estratégias de negócios dos concorrentes, bem como da evolução relacionada à regulação, à situação econômica, incluindo aumento da demanda, taxas de juros, inflação e taxas de câmbio. Os efeitos da concorrência podem incluir a perda de participação de mercado e o surgimento de pressões para reduzir as tarifas.

d. Eventual sazonalidade

As operações da Companhia estão sujeitas a um certo nível de sazonalidade, os efeitos da sazonalidade não são materiais no negócio da Companhia, apenas nos serviços de telefonia móvel, onde a atividade comercial se intensifica, nas datas comemorativas, como o Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais e Natal.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Nosso processo de compras no Brasil tem como finalidade o suprimento de produtos e serviços que permitem a otimização do custo global, assegurando, ao mesmo tempo, requisitos de competitividade, qualidade e segurança.

Para assegurar maior vantagem competitiva, em respeito aos princípios acima indicados, o processo de compras é realizado mediante o confronto de ofertas técnico-econômicas dos fornecedores qualificados, segundo procedimentos estabelecidos pelas empresas; imprimindo a ética comercial à condução dos temas; prevendo um adequado sistema de monitoramento e controle.

Com relação ao controle e regulamentação governamental nos serviços de telefonia móvel, as relações com os fornecedores, de uma maneira geral, não são reguladas, salvo em poucos contratos como os de aluguel de meios, interconexão e auditoria, regulados pelas legislações da ANATEL e CVM, respectivamente, já os fornecedores de Programação e Banda para acesso à *internet*, não estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental, porém a Central de Atendimento é regulamentada, exigindo melhores serviços de atendimento a clientes.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia conta com uma série de fornecedores de aparelhos celulares, equipamentos de rede e serviços, todos necessários para o crescimento e condução de suas operações. Se esses fornecedores não fornecerem equipamentos ou serviços à Companhia em tempo hábil, as atividades da Companhia poderão ser de alguma forma afetadas, o que poderá ter um efeito adverso nas receitas e nos resultados operacionais da Companhia. No entanto, a Companhia entende ter uma gama de fornecedores suficiente para, em caso de interrupção de fornecimento por parte de alguns dos fornecedores, se possa ter alternativas que permitam a continuidade dos negócios.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Ações tomadas por autoridades governamentais ou regulatórias em relação a alguns de nossos fornecedores também podem de alguma forma afetar os negócios da Companhia.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Em geral, não há efeito material de volatilidade de preços de fornecedores, os quais variam de acordo com condições usuais de mercado, em função de inflação, variação cambial dentre de outros aspectos.

1.5 Principais clientes

Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Não existem clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia e suas controladas.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não existem clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia e suas controladas.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamento do setor de Telecomunicações

O marco legal aplicável ao setor de telecomunicações no Brasil está previsto na Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), aprovada em julho de 1997, estabeleceu a organização do setor e criação da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL") como órgão regulador, bem como aspectos institucionais. Além disso, a LGT entre os princípios fundamentais, estabelece a fiscalização da execução, uso dos serviços e comercialização, a implantação e operação de redes de telecomunicações, a utilização dos recursos de órbita e o espectro de radiofrequências. Além de definir como serviço de telecomunicações o conjunto de atividades que permitem, através da tecnologia, a oferta (transmissão, emissão ou recepção) de comunicação à distância. Através dessa legislação, ficou normatizado o dever do Poder Público de garantir, aos brasileiros, o acesso às telecomunicações, estímulo à expansão, medidas que estimulam a competição, além de estimular desenvolvimento do setor, e gerar novos investimentos. Outro ponto estabelecido pela LGT de suma importância para setor e sociedade, diz respeito a criação de condições para disseminar a conectividade/inclusão digital, principalmente em relação a universalização do serviço. Não menos importante, a LGT atestou os direitos e deveres do usuário, proporcionando aos usuários serviços com padrões de qualidade e regularidade, tarifas e preços adequados.

Conforme disposto no inciso XI do art. 19 da Lei 9.472/2007 ("Lei Geral de Telecomunicações"), compete à ANATEL expedir e extinguir autorizações para a prestação de serviços de telecomunicações no regime privado.

Licenças

Em 2014, a Companhia simplificou sua estrutura societária por meio da incorporação da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. ("Embratel"), Embratel Participações S.A. e NET Serviços de Comunicação S.A. ("NET Serviços"), com a Claro, por meio da qual todas as licenças pertencentes foram transferidas para a Claro.

Diante disso, a Companhia através de suas controladas, possui autorizações e concessões para prestação de serviços de telecomunicações.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Empresa	Licença
Claro	<ul style="list-style-type: none"> Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local (STFC local) Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional (STFC LDN / LDI) - o único serviço prestado pela Claro em regime público por meio de Concessão. Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço Móvel Marítimo (SMM) Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS) Serviço Limitado Especializado – Circuito e Rede Especializado (SLE) Serviço Limitado Privado (SLP)
Americel	<ul style="list-style-type: none"> Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Telmex do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Tvsat	<ul style="list-style-type: none"> Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)
Claro NXT	<ul style="list-style-type: none"> Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Adicionalmente, a controlada Tvsat possui as seguintes autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição orbital	Data de emissão	Vencimento
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W – Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W – Banda Ku e X	08/10/03	13/11/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 007/2006	63°W, 65°W, 68°W, 70°W, 84°W – Banda C	06/04/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 007/2006	65°W, 70°W – Banda X	06/04/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W – Banda C e Ku	09/02/07	30/04/29
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84°W – Banda Ka e Ku	02/02/12	06/02/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70°W – Banda Ka e Ku (Planejada)	22/03/12	28/03/27

Serviço Móvel Pessoal (“SMP”)

O regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP e o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC, foram aprovados pela ANATEL em agosto de 2007, com a finalidade de disciplinar as condições de prestação e fruição do (SMP), regido pela Lei nº 9.472/1997, LGT, e por outros regulamentos e normas aplicáveis ao serviço.

O SMP é prestado em regime privado, porém a exploração e o direito de uso das radiofrequências necessárias dependem de prévia autorização da ANATEL.

A prestadora não tem direito adquirido à permanência das condições vigentes quando da expedição da autorização, devendo observar sempre a regulamentação. As autorizações de uso de radiofrequências são adquiridas através de processo licitatório e possuem prazos de vencimento que variam de 15 a 20 anos e renováveis. Anteriormente as alterações da Lei nº 13.879/2019, as autorizações de espectro podiam ser prorrogadas uma única vez, porém com a entrada em vigor da nova Lei, disposições legais foram incluídas que permitirem renovações sucessivas de radiofrequências, sempre com a anuência da ANATEL.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Obtenção de autorizações de radiofrequências do SMP por meio de licitações:

Em 1997, com a abertura de mercado de telefonia móvel no Brasil, tivemos as primeiras licitações de espectro de radiofrequência com a disponibilização das Banda A e a Banda B, conhecidas faixas de 850 MHz que inicialmente eram utilizadas com as tecnologias AMPS, CDMA e TDMA. A Companhia foi a vencedora da licitação realizada para a concessão do Serviço Móvel Celular ("SMC") para a área de concessão 1, compreendendo a cidade de São Paulo e 63 distritos e municípios próximos à capital, iniciando as operações a partir de maio de 1998.

Em 29 de setembro de 2003, a Companhia decidiu pela adaptação de seu instrumento de outorga de uma concessão SMC para uma autorização para o SMP, neste sentido foi assinado o termo de autorização SMP entre a Anatel e a Companhia, que foi efetivo a partir da publicação em Diário Oficial da União, ocorrido em 30 de setembro de 2003. A autorização para a prestação do SMP tem prazo indeterminado.

Em 16 de abril de 2004, a Companhia celebrou com a ANATEL o Termo de Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências, para a utilização de subfaixas de extensão 907,5 a 910 e de 925 a 955 MHz.

Em 25 de setembro de 2007, a Companhia venceu a disputa para a autorização de faixas de radiofrequência de extensão, nas frequências de 900MHz, 1,8GHz e 1,9GHz, conforme Licitação Nº 001/2007/SPV da Anatel. Com isso, a Companhia passou a atuar em cinco estados do Norte – Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão e Roraima e nas cidades de Londrina e Tamarana no Estado do Paraná.

Nos dias 18 e 19 de dezembro de 2007, a Anatel realizou novo leilão, referente ao processo de Licitação Nº 002/2007/SPV, para novas faixas de radiofrequência destinadas à telefonia móvel de terceira geração (3G) (bandas F, G, I, J), nas frequências de 1,9 e 2,1 GHz, onde a Companhia adquiriu autorizações para a operação em sua área de concessão. A assinatura dos Termos de Autorização correspondentes ocorreu em fevereiro de 2008.

No ano de 2012 tiveram novas licitações a qual a Companhia adquiriu a frequência de 2,5 GHz que possibilitou a introdução do 4G abrangendo todo o Brasil além de obrigações de cobertura rurais abrangendo os estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Bahia, Paraná, Paraná (norte), Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo (capital e interior), Amazonas, Maranhão, Roraima, Amapá e Pará, com prazo de vencimento em outubro de 2027.

Além dos novos termos de autorização tiveram também renovações das autorizações de radiofrequências que venceram em 2012 e 2013, sendo eles referentes as autorizações de uso do 850 MHz dos estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Sergipe, Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo (Capital), e também das faixas 900 MHz e 1800 MHz dos estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo (Capital) todos com prazos de vencimento para 2027.

A Claro arrematou no dia 30 de setembro de 2014, edital de licitação nº 2/2014-SOR/SPR/CD-Anatel um dos lotes oferecidos no leilão do 4G, promovido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Esse lote de abrangência nacional permite à vencedora oferecer e ampliar o serviço de banda larga de quarta geração na frequência de 700 MHz em todo o país.

Em 8 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o extrato do Termo de Autorização assinado junto à Anatel referente a aquisição de Radiofrequência na faixa de 700MHz, com prazo de expiração em dezembro de 2029, renovável por mais quinze anos a título oneroso.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

As operadoras vencedoras deste leilão ficaram obrigadas a constituir em até 90 dias da data de publicação do extrato do Termo no DOU uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de Tv e RTv (EAD), a qual foi responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de Tv e RTv e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação.

Em dezembro de 2015 a ANATEL conduziu um leilão para autorização do direito de uso de radiofrequências, a Companhia, através de sua controlada Claro, adquiriu mais 19 lotes regionais na frequência de 2,5 GHz, em diversas cidades brasileiras cujo vencimento máximo é agosto de 2031. O resultado foi homologado pelo Conselho Diretor da ANATEL em 2 de junho de 2016 e os Termos de Autorização para a aquisição dos 19 lotes regionais na frequência de 2,5 GHz (sobras/2015, subfaixa P). Os termos foram assinados em 9 de agosto de 2016.

Em novembro de 2021, a controlada Claro adquiriu faixas de rádio frequência através de leilão do 5G, realizado pela ANATEL. O valor total dessa licença foi de R\$4.645.098, registrado na rubrica de intangível em 31 de dezembro de 2021, sendo:

- I. R\$1.589.808 referente aos valores: do bloco nacional de 100 MHz na faixa de frequência nacional de 3.5GHz, pelo valor de R\$270.160, lotes na faixa de frequência de 2.3 GHz nas regiões Norte, Sul, Centro Oeste, São Paulo e Triângulo Mineiro, pelo valor de R\$1.214.000 e dois blocos nacionais de 200 MHz na faixa de frequência de 26GHz, pelo valor de R\$105.648;
- II. R\$2.104.458 referente à parcela de responsabilidade da Claro decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, em que as operadoras vencedoras deste leilão, constituíram em 18 de fevereiro de 2022, a Empresa Administradora da Faixa (EAF), a qual ficou responsável por implementar os projetos PAIS (Programa Amazônia Interconectada e Sustentável), a Rede Privativa Federal, bem como executar a limpeza e desocupação da faixa de 3.625 a 3.700MHz; e
- III. R\$950.832 referente à parcela de responsabilidade da Claro decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão, constituíram em 9 de março de 2022, a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE) para a faixa de 26GHz, com o objetivo de assegurar as condições necessárias à inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica.

Em adição aos valores que serão pagos pelas licenças, os arrematantes assumem obrigações associadas ao uso das frequências, que deverão ser cumpridas no decorrer dos próximos anos, conforme regras estabelecidas no Edital publicado pela ANATEL.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A Companhia, através de sua controlada Claro, possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal (“SMP”) por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos								
	850 MHz	900 MHz	1800 MHz ****	3G 1900 – 2100 MHz ***	4G 2500 MHz **	4G 700 MHz	5G 2300 MHz	5G 3.5 GHz	5G 26 GHz
Acre	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Rondônia	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Tocantins	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Distrito Federal	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Mato Grosso	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Mato Grosso do Sul	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Goiás	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Bahia	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Sergipe	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Alagoas	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Ceará	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Paraíba	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Piauí	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Pernambuco	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Rio Grande do Norte	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Paraná	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Paraná (Norte)	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Santa Catarina	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Rio de Janeiro	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Espírito Santo	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Rio Grande do Sul	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
São Paulo – Capital	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
São Paulo – Interior	03/2028	03/2028	03/2028	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Minas Gerais	-	04/2035	04/2035*	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Amazonas	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Maranhão	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Roraima	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Amapá	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Pará	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041

* Alguns blocos vencem em dezembro de 2032.

** Além do bloco nacional com vencimento em outubro de 2027 a Companhia possui 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 20 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) possuem vencimento em agosto de 2031. (Depois de uma disputa na Anatel a Companhia foi decretada vencedora de mais um lote E-8 do Edital com vencimento em junho de 2036).

*** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em todo Brasil, com vencimento em junho 2026, exceto Municípios com o Código Nacional 34, 35 ou 37 (restrição não inclui Setor 3 do Plano Geral de Outorgas (PGO)) e municípios do Setor 22 e 25 do PGO, nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

**** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em toda a Região I do PGO com vencimento junho 2026 e São Paulo Capital com vencimento julho 2031.

Concessão

A Claro opera o Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades de Longa Distância Nacional e Internacional (STFC LDN / LDI), as quais ainda estão sujeitas às obrigações, especialmente as relacionadas a disponibilização de Telefones de Uso Públicos em regiões remotas, previstas no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU).

Encontram-se em curso estudos e discussões acerca da adaptação das concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC para o regime privado, conforme disciplinado na Lei 9.472/1997 e pelo Regulamento de Adaptação das Concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC para Autorizações do mesmo serviço, aprovado pela Resolução ANATEL nº 741/2021.

Os contratos de concessão do STFC LDN / LDI estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços, objeto das concessões, com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que eles estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Mobile Virtual Network Operator (“MVNO”)

A exploração de Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio de Rede Virtual foi regulamentada no Brasil por meio da Resolução nº 550/2010, cujo modelo de prestação é conhecido no mundo como *Mobile Virtual Network Operator* - MVNO.

O regulamento trouxe duas formas distintas de exploração do serviço: Autorização e Credenciamento.

Ambos os modelos são prestados por uma instituição jurídica, através da prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, porém no modelo de prestação autorizada utiliza-se de compartilhamento de rede com a prestadora Origem, e no modelo Credenciado, MVNO apta a representar a prestadora Origem, através do contrato estabelecido entre as partes, cuja eficácia depende da anuência da ANATEL.

A empresa interessada em explorar o Serviço Móvel Pessoal por meio de rede virtual em uma das modalidades descritas acima, deve submeter à ANATEL carta informando a modalidade, contrato com a operadora e a área de prestação e demais informações necessárias no caso da modalidade autorização.

Em 2016, a Agência aprovou alterações no regulamento sobre Exploração do Serviço Móvel Pessoal de Rede Virtual por meio da resolução nº 663 de março de 2016. Foram alterados artigos importantes, além de determinados requisitos mínimos para as ofertas de exploração do SMP de Rede Virtual.

Serviços de Atacado - Tarifas de Interconexão

Para que os serviços de telecomunicações possam ser prestados pelas prestadoras de maneira isonômica e ordenada, a LGT atribui a obrigatoriedade da interconexão entre as redes das operadoras, com isso nenhuma prestadora de telecomunicações, pode negar-se a disponibilizar a sua rede de telefonia para terminação de chamada originada na rede de outra operadora, sendo remunerada por meio das tarifas de interconexão. Compete a ANATEL fixar os valores referenciais de interconexão.

Os Atos 9.918/2018 e 9.919/2018 foram editados em cumprimento ao arcabouço regulatório para vigorar no período que compreende os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, regulando as tarifas de interconexão. Porém, após suas edições, a Agência teve acesso a dados mais recentes que reportavam uma alteração ocorrida a partir de 2018 e que necessitavam estar contemplados na modelagem de orientação a custos, em especial, do VU-M para o próximo período.

No início de 2020, a Agência aprovou os Atos nº 986 e 987, por meio de Circuito Deliberativo e de forma unânime, que alteraram os Atos 9.918/2018 e 9.919/2018 definindo, respectivamente, os novos valores máximos corrigidos das tarifas de uso de rede fixa local do STFC (TU-RL) e os valores de Referência de VU-M (RVU-M), que vigoraram até fevereiro de 2024.

Dentro do processo de revisão quadrienal, em março de 2023 a Anatel aprovou os Atos nº 3246 e nº 3247, que estabeleceram as novas tarifas de uso de rede para o período de fevereiro de 2024 até fevereiro de 2027.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

EILD

A EILD diz respeito à Exploração Industrial de Linhas Dedicadas, é oferecido para as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, para atender ao usuário final, exclusivo para esse tipo de empresa. Por meio dela, é possível realizar a transmissão de dados e voz, oferecendo linhas dedicadas para clientes que tenham demanda de serviços de maior complexidade.

Em 2012, o Conselho Diretor da ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e considerando a análise das contribuições recebidas em decorrência da Consulta Pública nº50/2010, aprovou o Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada - EILD.

A Agência aprova a Norma nº 639/2014, prevendo a exploração do serviço com base em Modelos de Custos e definidos em Ato do Conselho Diretor a ser utilizado pela ANATEL em processos de resolução de conflitos entre Prestadoras de Serviços de Telecomunicações.

Em 2022, a ANATEL iniciou processo de reavaliação das regras sobre EILD, a fim de atualizar os normativos que tratam do assunto da adoção de medidas pró-competição pela Agência.

Serviço de Acesso Condicionado - SeAC

As controladas Tvsat e Claro NXT, têm autorização para prestação de Serviço de Acesso Condicionado – SeAC (TV por assinatura). Os serviços de Acesso Condicionado consistem na distribuição de sinais de vídeo e áudio para assinantes. Esse serviço já fora prestado em quatro modalidades de tecnologia e tipo de outorgas diferentes:

- I. Tv a Cabo - distribuição de sinais é realizada através de cabos coaxiais e fibra óticas;
- II. MMDS - serviço de distribuição de sinais multiponto multicanais;
- III. DTH - distribuição é realizada através de satélites;
- IV. Tv por assinatura - utiliza radiofrequência de um único canal UHF.

A Lei nº 12.485/2011 deu poder à ANATEL para regular o SeAC, substituindo os serviços de TV por assinatura, MMDS e DTH, e permitiu que empresas de capital estrangeiro passassem a oferecer o serviço, anteriormente proibido. Outro ponto importante estabelecido foi a obrigação do pagamento anual à Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica), que deve ser pago até 31 de março de cada ano.

Em 2012, a Agência aprovou a Resolução nº 581, que aprovou o Regulamento do SeAC, inclusive com os novos Termos de Autorização. Em 2016, a ANATEL realizou consulta pública, com intuito de revisão regulamentar, propondo novas regras para tratamento isonômico de canais abertos, transferência de subvenções, dentre outros aspectos.

Em 2014, a Agência aprovou a Resolução nº 632, que aprovou o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, com intuito de tratar os direitos dos Consumidores do Serviço de SeAC, SCM, SMP e STFC.

Em 2018, entra em vigor, a resolução nº 692, altera o Regulamento do SeAC, entre as alterações: i) possibilidade da transferência da outorga, com a anuência da Agência; ii) pessoas com deficiência tem direito à Unidade Receptora Decodificadora (URD), que permita a utilização de recursos de acessibilidade SeAC, sempre que solicitado pelo assinante; iii) a prestadora que foi autorizada a proceder à adaptação de sua outorga de Serviço de Tv a Cabo para o SeAC continuará obrigada a cumprir os compromissos de atendimento originalmente assumidos.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Sistema de Autorregulação de Telecomunicações - SART

O sistema de Autorregulação das Telecomunicações - SART, foi concebido pelas principais prestadoras de telecomunicações em março de 2020, iniciativa conjunta de autorregulação setorial. O SART congrega as operadoras Claro, Oi, Vivo, Tim, Algar, Sercomtel e Sky, com o propósito de estabelecer normas e procedimentos comuns, a serem seguidos por todas as prestadoras participantes. Os temas prioritários eleitos foram: *Telemarketing*, Cobrança, Oferta e Atendimento ao Consumidor.

O sistema foi estruturado com duas instâncias, sendo que a Conexis (sindicato patronal do setor) que dá suporte às atividades. Ele é composto pelo Conselho de Signatários, com a missão de aprovar a entrada de novos membros, orçamentos, indicar participantes do Conselho de Autorregulação, além de definir a agenda normativa, entre outros. Já o Conselho de Autorregulação é responsável por estruturar os normativos, elaborar modelos de acompanhamento do desempenho das empresas e aplicar sanções às signatárias.

Além disso, o sistema está aberto a qualquer empresa que esteja disposta a participar e que se comprometa com os princípios definidos pelo programa. Ao longo dos anos, o sistema deve proporcionar aos participantes inúmeros benefícios, além de definir procedimentos e regras que deve melhorar a prestação do serviço e como consequência aumentar a satisfação do consumidor e promover um ambiente que estimule a abordagem mais orientada aos princípios regulatórios.

Em meados de 2019, o Código de Conduta do *Telemarketing* foi estabelecido, sendo a primeira norma autorreguladora e trouxe regras de autorregulação para a atividade de *telemarketing* realizada pelas prestadoras de telecomunicações.

Este código estabeleceu princípios básicos que devem ser seguidos pelas empresas, como a quantidade de chamadas diárias e mensais, horários em que as ligações são permitidas etc. Também foi definida a criação da Plataforma “Não Me Perturbe”, onde os usuários podem manifestar seu desejo de não receber chamadas de *telemarketing* de uma ou mais prestadoras participantes do Código. Já foram bloqueadas mais de 11 milhões de telefones para chamadas de *telemarketing* a pedido do cliente.

Proteção de Dados - LGPD

No Brasil, a Lei nº 13.709/2018 denominada Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, regulamenta o uso, a proteção e a transferência de dados, além de dispor do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado. Ao final de 2018, foi promulgado a Medida Provisória nº 869/2018 altera a Lei nº 13.502/2017, de forma a incluir a ANPD na estrutura da Presidência da República. Promove outras alterações na LGPD, para dispor sobre a proteção de dados pessoais.

O Decreto n.º 10.474/2020 aprovou a Estrutura Regimental da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, autarquia responsável por zelar pela proteção de dados pessoais, pelo sigilo das informações, segredos comerciais e industriais, dentre outras, editar normas, orientações e procedimentos simplificados e diferenciados.

A ANPD pública em sua página de internet a Agenda Regulatória para o biênio, com o objetivo de conferir maior previsibilidade, publicidade, transparência e eficiência para o processo regulatório. Em geral sua elaboração leva em conta as contribuições efetuadas pela sociedade por meio de tomada de subsídios.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Em 2022, foram realizadas tomadas de subsídios pela ANPD, como: (i) regulamentação de transferência internacional de dados pessoais; (ii) hipótese de tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes; e (iii) modelo de registro simplificado das operações de tratamento de dados pessoais. Adicionalmente foi realizada consulta pública sobre a minuta de resolução que aprova o regulamento de dosimetria e aplicação de sanções administrativas.

Resoluções publicadas pelo órgão regulador

A Companhia e suas controladas desenvolvem atividades sujeitas à regulamentação e à fiscalização da ANATEL.

Ao longo dos últimos anos, foram publicados importantes regulamentos, entre os quais se destacam:

- Resolução nº 710/2019 aprova a Destinação da Faixa de Radiofrequências de 2,3 GHz ao Serviço Limitado Privado - SLP e o regulamento sobre Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 2,3 GHz;
- Resolução nº 711/2019 destina faixas de radiofrequências e aprova o regulamento sobre as Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 3,5 GHz;
- Resolução nº 715/2019 aprova o regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações;
- Resolução nº 717/2019 aprova o regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL;
- Resolução nº 719/2020 aprova o regulamento Geral de Licenciamento;
- Resolução nº 720/2020 aprova o regulamento Geral de Outorgas;
- Resolução nº 727/2020 altera o regulamento Geral dos Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC;
- Resolução nº 739/2020 aprova regulamento sobre o Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública, e dá outras providências;
- Resolução nº 740/2020 aprova o regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações;
- Resolução nº 741/2021 aprova o regulamento de Adaptação das Concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC para Autorizações do mesmo serviço;
- Resolução nº 744/2021 aprova o regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral (STFC) em regime público;
- Resolução nº 746/2021 aprova o regulamento de Fiscalização Regulatória;
- Resolução nº 748/2021 aprova o regulamento Geral de Exploração de Satélites;
- Resolução nº 749/2022 que é o regulamento de Numeração dos Serviços de Telecomunicações;

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Resolução nº 752/2022, conhecido como Guilhotina regulatória que revoga e altera resoluções expedidas pela Agência;
- Resolução nº 757/2022 que é o regulamento de Condições de Uso de Radiofrequências; e
- Resolução nº 758/2022 que assegura o cumprimento de resoluções do MERCOSUL/GMC;
- Resolução nº 760/2023 aprova o regulamento sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações;
- Resolução nº 761/2023 altera o regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL;
- Resolução nº 762/2023 assegura o cumprimento do Brasil, de Resoluções do Mercosul/GMC relacionadas ao Uso do Espectro de Radiofrequências;
- Resolução nº 763/2023 assegura o cumprimento do Brasil, de Resoluções do Mercosul/GMC relacionadas às Telecomunicações; e
- Resolução nº 765/2023 aprova o regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações.

Além das resoluções destacadas acima, ainda em 2022 outro destaque foi a entrada em vigência do novo Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações – RQUAL, aprovado por meio da Resolução 717/2019, aplicado de forma obrigatória para prestadoras com Poder de Mercado Significativo (PMS) e por adesão voluntária para as Prestadoras de Pequeno Porte (PPP).

Constituído com uma lógica de regulamentação responsiva, focado na percepção do cliente, o RQUAL eliminou distorções nas regras de apuração dos indicadores técnicos, que compõem o Índice de Qualidade de Serviço (IQS) utilizado para apurar a qualidade operacional dos serviços de Telefonia Fixa (SFTC), Telefonia Móvel (SMP), Banda Larga Fixa (SCM) e TV por Assinatura (SeAC). Além do IQS, o RQUAL incluiu em sua composição os Índices de Reclamação (IR) e de Qualidade Percebida (IQP). Esses 3 (três) índices combinados são traduzidos em Selos Anuais de Qualidade.

As prestadoras participantes do RQUAL recebem Selos Anuais de Qualidade (classificados nas categorias A, B, C, D ou E, onde A é a melhor qualificação), por serviço, nas dimensões municipal, estadual e nacional. A classificação por selos permite aos usuários, de forma simples, comparar quais são as melhores prestadoras em cada serviço, nos 3 (três) níveis de granularidade. Essa comparação melhora o poder de escolha do usuário no momento da contratação de um serviço, fomentando, sem a lógica punitiva dos regulamentos anteriores, a melhora na qualidade e na competição entre as prestadoras, conforme prevê o modelo responsivo.

O regulamento de qualidade (RQUAL) ainda prevê regras adicionais de proteção aos consumidores, entre as quais destacam-se:

- ✓ Ressarcimento proporcional e automático aos consumidores prejudicados por interrupções de serviço;
- ✓ Direito de cancelamento do serviço, sem pagamento de multa de fidelidade, quando no momento da contratação do serviço prestadora teve seu selo de qualidade municipal rebaixado de um ano para outro para as categorias D ou E;

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- ✓ Direito de cancelamento do serviço, sem pagamento de multa de fidelidade, quando o consumidor comprovar descumprimento pela prestadora do contrato individual de Banda Larga Fixa.

O ano de 2024 trouxe desafios para a Anatel, impulsionada por debates importantes que permeiam o futuro das telecomunicações no Brasil e que moldam o panorama digital do Brasil. Entre os temas debatidos, destacam-se os Deveres dos Grandes Usuários, uso da Inteligência Artificial na segurança das redes.

Outro tema relevante foi a ampliação do uso do prefixo 0303 pela Anatel para reduzir chamadas indesejadas e melhorar a transparência.

Em 2024, destacam-se a publicação dos seguintes regulamentos:

- Resolução Anatel nº 767, de 7 de agosto de 2024, que alterou o Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 740/2020, para incluir os cabos submarinos internacionais e data centers, entre outras atualizações.
- Resolução Anatel nº 768, de 19 de agosto de 2024, a partir de 01/01/2026, que revoga Resoluções expedidas pela Anatel, aprova o Regulamento de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público, e o Modelo de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local e o Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, visando ajustar a regulamentação para prestação do STFC após o término das atuais concessões em 31/12/2025.
- Resolução Anatel nº 769, de 30 de setembro de 2024, que revoga e altera Resoluções expedidas pela Agência (Guilhotina Regulatória 2023-2024).
- Resolução Anatel nº 770, de 21 de outubro de 2024, que altera o Regimento Interno da Anatel, para criação da Superintendência Executiva, e previsão da Gerência de Planejamento Estratégico em sua estrutura.
- Resolução Anatel nº 771, de 13 de novembro de 2024, que altera o Regulamento do Processo Eletrônico na Anatel, aprovado pela Resolução Anatel nº 682, de 31 de agosto de 2017.
- Resolução Interna Anatel nº 397, de 24 de dezembro de 2024, que aprova a nova versão do Documento de Valores de Referência – DVR do Regulamento de Qualidade (RQUAL), estabelecendo como principal alteração a exclusão dos Índices de Reclamação e de Qualidade Percebida para apuração do Selo primeira de Qualidade dos Municípios, cuja primeira publicação está programada para o 2º semestre/2025.

b. Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A legislação brasileira, na esfera federal, estadual e municipal brasileiras regem de forma concorrente a proteção ao meio ambiente, do uso adequado dos recursos naturais, a preservação da fauna e da flora além de prevenção e controle da poluição de forma ampla. Nos termos das legislações aplicáveis a obtenção das respectivas licenças ambientais deve preceder a construção, a instalação e a operação de determinados empreendimentos ou mesmo aquelas atividades assim consideradas poluentes ou potencialmente poluentes.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A não observância às leis, regras ou normas ambientais pode resultar em autuações administrativas, bem como em responsabilização civil, administrativa e/ou criminal da Companhia e suas controladas e de seus Administradores. No que diz respeito a responsabilidade civil as leis ambientais brasileiras adotam um padrão de responsabilidade objetiva, ilimitada e solidária na determinação da obrigação de remediar eventuais impactos causados ao meio ambiente.

A legislação ambiental brasileira, por meio da Lei Federal nº 6.938/81 e da Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (“CONAMA”) 237/97, determina que a instalação de empreendimentos que causam significativo impacto ambiental depende do prévio licenciamento ambiental.

As atividades de telecomunicações, em especial a implantação e operação das Estações Rádio Base – ERB’s utilizadas para a prestação dos serviços não constam inseridas no rol previsto nesta Resolução CONAMA. Entretanto, a previsão de competência concorrente entre União, Estados e Municípios para fiscalização quanto ao aspecto ambiental e proteção ao meio ambiente suscitava a possibilidade de que alguns Estados e Municípios considerem outras atividades, além daquelas inseridas na Resolução CONAMA acima citada, como de impacto ambiental local, exigindo, conseqüentemente, o prévio licenciamento ambiental para a implantação e operação de determinadas atividades, dentre as quais a Telecomunicações, às vezes, se vê assim classificada.

A classificação equivocada, desta atividade de Telecomunicações por alguns Estados e Municípios como de impacto ambiental estabelecem obrigações de realização do licenciamento ambiental para as Estações Rádio Base – ERBs da Companhia e suas controladas, resultando em processos administrativos burocráticos, morosos e onerosos que, inevitavelmente, resultam em discussões na esfera administrativa e/ou judicial acerca desta obrigatoriedade e de compensações e/ou contrapartidas exigidas. Em regra geral, referidas discussões decorrem de ou envolvem autuações administrativas (multas) aplicadas e/ou ações judiciais em face da Companhia e suas controladas ou promovidas por estas, nas quais se discute, exatamente, a competência privativa da União para legislar e fiscalizar a atividade de Telecomunicações e, conseqüentemente, aquela obrigatoriedade instituída pelo órgão Municipal ou Estadual, bem como as autuações ou sanções decorrentes da mesma.

Além da discussão judicial existente envolvendo, exclusivamente, a exigência de licenciamento ambiental sobre a atividade de telecomunicações por municípios e estados, deve-se registrar também, a existência de outras situações específicas, considerando eventual supressão de vegetação e as particularidades do local no qual se pretende efetuar a instalação da Estação Rádio Base ou qualquer outro empreendimento da Companhia e suas controladas onde, obrigatoriamente, deverá ser realizado o prévio e necessário licenciamento ambiental da estrutura e respectivos equipamentos, haja vista que tal fato está relacionado a um determinado local com diretrizes especiais de proteção.

E nos processos de licenciamento ambiental das ERBs e demais empreendimentos da Companhia e suas controladas, quando exigidos, geralmente, são exigidos o pagamento de valores à título de custas/taxas/medidas compensatórias e/ou contrapartidas, inclusive com a realização de Estudos Técnicos de Impacto Ambiental e/ou de Vizinhança, necessários para a implantação, aprovação e/ou regularização do empreendimento.

A controlada Claro criou em março de 2008 o programa Claro Recicla, a iniciativa que tem objetivo contribuir para a conscientização da população sobre a importância de destinar corretamente aparelhos celulares, baterias, chips e pilhas. Desta forma, visa o combate à contaminação da água e do solo, dar tratamento adequado aos resíduos eletrônicos e possivelmente materiais tóxicos, reduzir a quantidade de lixo eletrônico e contribuir para a diminuição da extração de matérias-primas da natureza.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Em 2012, a controlada Claro firmou junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, Termo de Compromisso para Responsabilidade Pós-Consumo de Aparelhos de Telefonia Móvel Celular e seus Respectiveiros Acessórios, em que se compromete a cooperar para ampliar o Sistema de Responsabilidade Pós-Consumo, intitulado “Sistema de Logística Reversa de Aparelhos de Telefonia Móvel Celular e seus respectivos acessórios” dentro da responsabilidade compartilhada atribuída às operadoras de telefonia móvel na cadeia pós-consumo, enquanto prestadoras de serviços e comerciantes de aparelhos celulares de telefonia móvel, para recebimento, armazenamento e destinação final ambientalmente adequada dos aparelhos celulares, baterias, aparelhos órfãos e acessórios.

Em 2024, mais de 4,5 mil toneladas de equipamentos foram recicladas diretamente pela Claro, sendo 700 quilogramas em celulares, periféricos e baterias, que tiveram destinação responsável dentro do programa Claro Recicla (Aderência à Política Nacional de Resíduos Sólidos) tiveram também aumento de 60% de uso de biocombustíveis na frota nacional, totalizando 80%. Somadas todas as iniciativas, atingimos o marco evitado de 400 mil toneladas de carbono, sem uso de créditos de carbono.

A controlada Claro além de possuir o maior programa de energia limpa privada do Brasil, age de forma ativa para reduzir resíduos ao longo da cadeia produtiva e faz campanhas de reciclagem e conscientização junto à população sobre o tema. A controlada Claro alinha suas ações ambientais com os Objetivos por um Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e é signatária do Pacto Global.

Implementado em 2017, o programa ‘A Energia da Claro’ é considerado um dos maiores programas de energia renovável nacional por um consumidor privado, prevê o uso de energia limpa para o abastecimento das operações da empresa por meio de parcerias para a construção de usinas de geração distribuída e a compra de energia limpa. Além disso, são adotadas medidas visando aumentar a eficiência energética da Claro e a redução das suas emissões de gases causadores do efeito estufa.

O programa energético é referência nesta modalidade de geração de energia. São 104 usinas, de fontes limpas e renováveis, como solar, hidrelétrica e de biogás, responsáveis pela produção de 75% de toda a energia utilizada pela Claro. Além disso, o programa aumentou a eficiência energética da Claro, por meio de ativação de *features* para redução do consumo das ERBs (estações rádio base), substituição de lâmpadas convencionais por LED, entre outras. No segmento de média tensão, a Claro adquire energia renovável no mercado livre, o que faz com que seus *data centers*, prédios administrativos e operações de grande porte utilizem somente energia limpa.

A controlada Claro divulga informações, compromissos e práticas de ASG adotadas por meio de seu Relatório de Impacto (nacional) disponível no website <https://www.institutoclaro.org.br/quem-somos/relatorio-social/>, do Instituto Claro, na aba “Quem Somos” e “Relatório Social”.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia e suas controladas dependem de concessão, autorizações e licenças para prestação dos serviços, conforme descrito no item 1.6.a deste Formulário.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

d. Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros

i. Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. Em favor de partidos políticos

iii. Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia e suas controladas não efetuam contribuições financeiras para este fim.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

Parte substancial das receitas são provenientes de clientes no país sede da Companhia e suas controladas.

- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Receitas provenientes de clientes em países estrangeiros não são relevantes na receita total da Companhia e suas controladas.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não aplicável, pois a Companhia não está sujeita à regulação de outros países que não o Brasil.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

Como a Claro Participações é uma *holding* não operacional, neste item, se utilizará o termo “Companhia” para as informações referentes as suas controladas diretas e indiretas.

a. Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga informações, compromissos e práticas de ASG adotadas por meio de seu Relatório de Impacto (nacional) disponível no website <https://www.institutoclaro.org.br/quem-somos/relatorio-social/>, do Instituto Claro, na aba “Quem Somos” e “Relatório Social”.

A Companhia está em processo de amadurecimento e aprimoramento interno dos processos de gestão das iniciativas e da agenda ASG, com o intuito de, futuramente, desenvolver relatórios específicos sobre a perspectiva ASG.

b. A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório de Impacto da Companhia no Brasil não adota metodologia ou padrões pré-definidos, por não haver esta obrigatoriedade.

c. Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório de Impacto da Companhia no Brasil não é auditado, por não se ter essa obrigatoriedade.

d. A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O último relatório relativo ao ano de 2024 foi publicado no website a seguir: Relatório de Impacto (nacional): <https://www.institutoclaro.org.br/quem-somos/relatorio-social/>, do Instituto Claro, na aba “Quem Somos”, “Relatório Social”.

e. Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Relatório de Impacto da Companhia no Brasil dá visibilidade das iniciativas de sustentabilidade julgadas mais materiais.

f. Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório de Impacto da Companhia no Brasil não considera, no estágio atual, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

g. Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Impacto da Companhia no Brasil não considera, no estágio atual, as referidas recomendações.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

h. Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia monitora suas emissões de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol (*Greenhouse Gases*).

i. Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.a. deste Formulário de Referência, a Companhia divulga informações ASG.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.e. deste Formulário de Referência, a Companhia divulga informações ASG julgadas mais relevantes.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.e. deste Formulário de Referência, a Companhia divulga informações ASG.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não há por enquanto obrigação de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Por não haver obrigatoriedade.

No entanto, a Companhia procura voluntariamente considerar as melhores referências do tema sustentabilidade nas informações ASG divulgadas.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, conforme informado no item 1.9.h. deste Formulário de Referência.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

Não aplicável, a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Valores em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

- Aumento de capital social na Companhia:

Em 14 de junho de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), foi aprovado um aumento de capital na Companhia no valor de R\$2.207.845 com a emissão de 47.723.836.623 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela acionista Amov I, S.A. de C.V. e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Amov IV, S.A. de C.V. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Companhia em benefício da Amov I S.A. de C.V. As novas ações conferirão os mesmos direitos e terão as mesmas características e restrições das demais ações de mesma espécie de emissão da Companhia, e participarão de forma integral em quaisquer distribuições de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que venham a ser declarados pela Companhia a partir da data de 14 de junho de 2024.

Em consequência do referido aumento, o capital social da Companhia passou de R\$9.509.569 para R\$11.717.414, dividido em 251.307.342.891 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

- Aumentos de capital social em outras empresas do grupo com participação da Companhia:

Em 30 de dezembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Americel no valor de R\$1.954.206, mediante capitalização da reserva de lucros da controlada, constante no balanço de 30 de dezembro de 2024, sem a emissão de novas ações, conforme faculta o Art. 169, caput e §1º, da LSA.

Em 26 de dezembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$15.000 com a emissão de 976.458.113, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 09 de dezembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Americel no valor de R\$50.000 com a emissão de 988.707.864, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Americel em benefício da Companhia.

Em 04 de novembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$15.000 com a emissão de 907.828.298, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 28 de junho de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$28.000 com a emissão de 1.089.251.506, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Em 09 de janeiro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$15.000 com a emissão de 323.871.561, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Operações de aquisição, cisão e incorporação, que embora não tenham sido realizadas diretamente pela Companhia, a impactaram diretamente:

- Aumento de capital social na Telmex do Brasil S.A. ("TdB"):

Em 14 de junho de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na controlada indireta TdB no valor de R\$2.207.845 com a emissão de 433.920.963 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela acionista Claro NXT e integralizadas em moeda corrente nacional.

1.13 Acordos de acionistas

Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não aplicável, não ocorreu celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve nenhum contrato relevante celebrado pela Companhia e/ou suas controladas a ser destacado que não esteja diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre esse item.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores devem comentar sobre:

Neste item 2.1 encontram-se os comentários dos diretores sobre os negócios, atividades e desempenho da Companhia, os quais levam em consideração as informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a ser reproduzidos no futuro.

Para informações mais detalhadas, sugerimos a leitura em conjunto com as Demonstrações Financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme disponível no site (<https://claropar.com.br/relatorios-financeiros/demonstracoes-financeiras-padronizadas-dfp/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.cvm.gov.br/>), bem como em conjunto das demais informações contidas no Formulário de Referência.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, incluindo o pagamento de empréstimos de terceiros, como também para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos.

A Companhia estrutura os vencimentos das operações de crédito com terceiros de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez, o que é evidenciado por dados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, como os índices de liquidez corrente (total de ativo circulante dividido pelo total de passivo circulante) de 0,63 e de liquidez geral (soma de ativo circulante e ativo realizável a longo prazo dividido pela soma de passivo circulante e passivo não circulante) de 0,41.

A tabela abaixo representa o endividamento da Companhia para o exercício findo 31 de dezembro de 2024:

Dívida Líquida (Valores em milhares de Reais)	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	932.608
Dívida bruta com terceiros (1)	(10.424.670)
Dívida líquida com terceiros (2)	(9.492.062)
Patrimônio líquido	20.107.795
Dívida líquida / Patrimônio líquido	47,2%

- (1) A dívida bruta refere-se a soma do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), o endividamento da Companhia é 100% em moeda nacional e composto por emissões de dívida no mercado de capitais, vide Nota Explicativa nº 13 da Demonstração Financeira. A dívida bruta não é uma medida contábil de desempenho, endividamento ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS® *Accounting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida bruta de maneira distinta da Companhia.
- (2) A dívida líquida corresponde a dívida bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida não é uma medida contábil de desempenho, endividamento ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira distinta da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. Estrutura de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou a seguinte estrutura de capital próprio e de terceiros:

<i>Valores em milhares de Reais</i>	31/12/2024	% em relação ao Passivo Total + PL
Capital Próprio (1)	20.107.795	19,4%
Capital de Terceiros (2)	83.370.835	80,6%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	103.478.630	100,0%

(1) Patrimônio Líquido

(2) Passivo Total

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$11.717.414 mil, divididos em 251.307.342.891 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O gerenciamento de capital é efetuado por meio de estratégias operacionais visando proteção, segurança e liquidez. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia possui política para gerenciamento de riscos financeiros, a qual engloba aspectos que dizem respeito ao endividamento, aplicações financeiras, dentre outros, sendo que os temas financeiros de maior relevância são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

Empenhamos constantes esforços no sentido de tomar as medidas cabíveis, sempre que julgado necessário, mitigadoras dos efeitos das variações cambiais.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios, de obtenção de empréstimos junto ao controlador e de capital de terceiros, que podem se referir à captação de recursos junto a instituições financeiras ou à emissão de títulos de dívida.

A Companhia não possui plano de resgate de ações de sua emissão para fins de redução de capital.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é adequada para o cumprimento do objeto social.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$6.971.391 mil no consolidado, no entanto, a Administração entende que tem total condições de honrar seus compromissos financeiros. De qualquer forma, nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte necessário para a continuidade das operações.

Em contrapartida, a Companhia apresenta conforme demonstração do Fluxo de Caixa, caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$20.102.539 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, a Companhia efetua acompanhamento tempestivo em seus fluxos de caixas dos quais suportam a geração de caixa para o período corrente e para os períodos seguintes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para o desenvolvimento dos seus negócios, havendo plena capacidade de pagamento dos compromissos assumidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza-se da geração de recursos próprios, da emissão de debêntures, notas promissórias e notas comerciais, e, de captações junto a instituições financeiras e companhias do grupo América Móvil (partes relacionadas) para financiamento de capital de giro e demais investimentos.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Se necessário será suprido por captações junto ao mercado de capitais, instituições financeiras e/ou junto a companhias do grupo América Móvil.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha R\$10.424.670 mil em empréstimos e financiamentos. Atualmente, tais empréstimos e financiamentos consistem principalmente em obrigações associadas a captação por meio da emissão de debêntures.

O resumo dos principais contratos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

Valores em milhares de reais	31/12/2024				
	Taxa de juros anual média	Prazo Médio	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional					
Debêntures	CDI + 0,46%	920 dias	1.846.356	8.578.314	10.424.670
Total da dívida			1.846.356	8.578.314	10.424.670

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não tem outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

III. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre as dívidas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Em uma parte menos relevante das dívidas, existem algumas situações que devem ser levadas ao conhecimento e aprovação dos credores, conforme descritas a seguir:

- **Troca de Controle:** Mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário direto ou indireto, bem como da titularidade das ações de emissão da controlada Claro, que resultem na mudança do seu controle acionário direto ou indireto pela América Móvil S. A. B. de C. V.
- **Alteração Material Adversa da Composição Acionária:** Qualquer alteração na composição acionária da controlada Claro que possa de qualquer forma afetar a capacidade de honrar com suas obrigações pecuniárias.
- **Reorganização Societária:** Qualquer evento de liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo diretamente a controlada Claro, exceto se cumulativamente (a) não ocorra uma Troca de Controle (conforme definida acima) e (b) não afete materialmente a capacidade da controlada Claro (ou sua sucessora) de cumprir as obrigações decorrentes da emissão.
- **Operações Societárias Relevantes:** A existência de qualquer alteração relevante no Estatuto Social da controlada Claro, incluindo, mas não se limitando a alteração do objeto social, redução de capital ou mesmo a transformação da Companhia de sociedade por ações em sociedade empresária limitada.

A Companhia e suas controladas monitoram e se encontram em cumprimento das cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros apresentadas em seus contratos de empréstimos, incluindo, mas não se limitando àquelas destacadas acima.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não utilizou limites de crédito junto a instituições financeiras no ano de 2024.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultados e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Valores em milhares de reais)	31/12/2024	31/12/2023	AH%	Δ R\$ 2024 X 2023
Receita operacional, líquida	48.914.896	45.758.956	6,9%	3.155.940
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(28.490.155)	(27.406.951)	4,0%	(1.083.204)
Lucro bruto	20.424.741	18.352.005	11,3%	2.072.736
Despesas comerciais	(8.758.843)	(8.572.495)	2,2%	(186.348)
Despesas gerais e administrativas	(3.695.684)	(3.665.819)	0,8%	(29.865)
Resultado de equivalência patrimonial	8.313	22.571	-63,2%	(14.258)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.270.684	1.222.194	4,0%	48.490
Resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	9.249.211	7.358.456	25,7%	1.890.756
Resultado financeiro	(11.553.466)	(4.919.272)	134,9%	(6.634.194)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(2.304.255)	2.439.184	-194,5%	(4.743.439)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	997.641	538.914	85,1%	458.727
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(1.306.614)	2.978.098	-143,9%	(4.284.712)

Receita operacional, líquida:

Em 2024 houve aumento de 6,9% na receita líquida operacional, destaque para o crescimento de 9,4% na receita líquida de serviços móveis, gerado pela conjunção de diversos fatores, incluindo liderança na portabilidade, aumento da base de pós-pago, incremento do ARPU, dentre outros. Destaque também para o crescimento de 7,9% em banda larga fixa residencial, resultado do aumento da base de assinantes, incremento do ARPU, dentre outros aspectos. Destaca-se também a melhoria contínua de performance no segmento B2B.

Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas totalizaram R\$28.490 milhões, apresentando um aumento de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, as principais variações estão destacadas a seguir:

- i) **Custo de aparelhos vendidos:** aumento de 18,9% (de R\$2.291 milhões em 2023 para R\$2.725 milhões em 2024) em função a maior venda de aparelhos e acessórios.
- ii) **Serviços de terceiros:** aumento de 10,9% (de R\$4.056 milhões em 2023 para R\$4.499 milhões) principalmente por maior custo em serviços de TI e manutenção de rede.
- iii) **Depreciação e amortização:** aumento de 1,4% (de R\$11.517 milhões em 2023 para R\$11.675 milhões em 2024) principalmente por maior base de ativos. Aumento referente a incrementos de ativos nos grupos de transmissão, terminais de dados e comutação móvel.

Despesas comerciais:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as despesas comerciais totalizaram R\$8.759 milhões, apresentando um aumento de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, as principais variações estão destacadas a seguir:

- i. **Publicidade:** aumento de 8,6% (de R\$991 milhões em 2023 para R\$1.075 milhões em 2024) principalmente devido maior investimento em campanhas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. **Mão de obra própria:** aumento de 2,3% (de R\$2.095 milhões em 2023 para R\$2.142 milhões em 2024) principalmente por reajustes salariais.

iii. **Depreciação e amortização:** aumento de 4,6% (de R\$643 milhões em 2023 para R\$673 milhões em 2024) principalmente por maior base de ativos.

Outras receitas operacionais:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as outras receitas operacionais totalizaram R\$1.271 milhões, apresentando um aumento de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por maior receita de uso da marca.

Resultado financeiro:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado financeiro totalizou R\$11.553 milhões, apresentando um aumento de 134,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em despesas financeiras referente a variação cambial sobre os mútuos com partes relacionadas.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido totalizou uma receita de R\$998 milhões, principalmente por reconhecimento de ativo fiscal diferido originado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social gerados no período.

Fluxo de Caixa:

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Valores em milhares de Reais)	2024	2023	AH%	Δ R\$ 2024 X 2023
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	20.102.539	17.597.595	14,2%	2.504.944
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	(8.658.463)	(9.221.209)	-6,1%	562.746
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(11.686.790)	(8.940.733)	30,7%	(2.746.057)
Redução no caixa e equivalente de caixa	(242.714)	(564.347)	-57%	321.633
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.175.322	1.739.669	-32,4%	(564.347)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	932.608	1.175.322	-20,7%	(242.714)

Fluxo de caixa das atividades operacionais: aumento de 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, no geral devido a melhoria do resultado operacional e na variação do capital circulante líquido.

Fluxo de caixa das atividades investimentos: redução de 6,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente a menor adição de ativo imobilizado e intangível.

Fluxo de caixa das atividades financiamentos: um aumento de R\$2.746,1 milhões em 2024 em relação ao mesmo período de 2023, principalmente por pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, gera receitas principalmente pela prestação de serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos a regulação da Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), além de serviços de outras naturezas tais como a exploração de capacidade satelital, *streaming*, Serviços de Valor Adicionado – SVA, *call center*, comercialização e locação de equipamentos, e, atividades de instituição de pagamentos.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nesta sessão se adotará o termo “Claro” nos comentários sobre o desempenho operacional dos negócios como um todo, e/ou “Embratel” quando se tratar especificamente de negócios corporativos, conforme marcas adotadas comercialmente, independentemente através de quais empresas os respectivos serviços são prestados.

A Claro obteve em 2024 uma destacada performance operacional nos mercados em que atua.

Em 2024 a receita líquida total foi de 48,9 bilhões de reais, 6,9% acima do mesmo período de 2023.

Destaque para o crescimento de 9,4% na receita líquida de serviços móveis, gerado por uma conjunção de fatores, incluindo liderança na portabilidade, aumento da base de pós-pago, incremento do ARPU, dentre outros.

Serviços fixos totais com crescimento de receita de 2,7%, com destaque para o crescimento de 7,9% em banda larga fixa residencial, resultado do aumento da base de assinantes, incremento do ARPU, dentre outros aspectos. Destaca-se também a melhoria contínua de performance no segmento B2B.

O EBITDA de 2024 totalizou 21,8 bilhões de reais, 10,6% acima de 2023, com margem EBITDA de 44,5%, 1,5 p.p. acima do mesmo período do ano anterior. Descontando o efeito positivo de R\$162 milhões em 2023, referente ao acordo com a Oi em relação ao preço de compra de parte do negócio móvel, a margem EBITDA seria de 42,6%. Normalizando esse efeito, a margem EBITDA recorrente teria crescido 1,8 p.p. em 2024.

Serviços Móveis

Em 2024, alcançamos a marca de 13,7 milhões de clientes 5G, com 34,2% de participação de mercado. Destaque para a liderança da Claro nos 30 maiores mercados do Brasil, com 38,3% de *market share*.

A Claro encerrou 2024 com um total de 87,1 milhões de clientes móveis, com destaque na liderança em portabilidade, apresentando um saldo de 560 mil linhas portadas nos últimos doze meses, performance 3 vezes superior à do segundo *player*.

No pós-pago encerramos 2024 com 53,9 milhões de linhas, adicionando 2,4 milhões de clientes nos últimos doze meses e representando 61,8% da base total (+2,6 p.p na comparação anual), impulsionado pela liderança em portabilidade de linhas e aceleração das migrações de clientes pré-pagos para os serviços de receita recorrente.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A base pré-pago atingiu 33,2 milhões em 2024, com 32,5% de participação no mercado. O último trimestre apresentou aceleração na performance de recargas, impulsionada pelo lançamento da oferta “Prezão 1 real por dia”, que trouxe mais flexibilidade ao cliente, tornando sua experiência de uso mais simples e transparente. Destaca-se ainda o aumento de participação dos canais digitais próprios, concedendo mais comodidade e benefícios nas recargas, com crescimento superior a 30% na comparação anual.

O Claro *flex*, plataforma móvel 100% digital, manteve seu crescimento acelerado, consolidando-se como importante instrumento de transformação digital e de aumento da base de pós-pago, por meio de novas vendas e migração de clientes pré-pagos.

Destaca-se também o lançamento de um novo serviço de jogos chamado *Claro Gaming GeForce Now, streaming* na nuvem que se conecta às principais lojas digitais de games, com vários títulos e em qualquer dispositivo. O serviço está disponível nos planos pós-pago e banda larga fixa, reforçando a liderança da Claro em conectividade.

Serviços Residenciais

A Claro manteve o crescimento da sua base de assinantes de Banda Larga Fixa, com 278 mil adições líquidas positivas em 2024. E segue liderando o mercado de banda larga no Brasil, com 19,8% de participação de mercado em 2024. No segmento de “*ultra-high speeds*” (a partir de 500 Mbps), mantemos nossa liderança com 27,3% em participação de mercado, com adição de 1,6 milhões de clientes no ano.

A Claro alcançou o marco histórico de 10 milhões de clientes banda larga no segmento Consumo, refletindo sua força e sua liderança no Brasil.

Considerando todas as tecnologias, a Claro está presente em 512 municípios e 41,6 milhões de *Homes Passed (HPs)*.

Em TV por assinatura, a Claro continua liderando o mercado brasileiro, com 45,7% de participação de mercado em 2024, tendo como principal estratégia a entrega da mais completa oferta de conteúdo. A plataforma de *Video On Demand (VOD)* continua sendo líder no mercado brasileiro, atingindo 98 mil títulos e cerca de 700 milhões de visualizações.

A base de clientes com a oferta convergente da Claro, que combina serviços residenciais e móveis, cresceu 9,1% em relação ao ano anterior, e segue sendo prioridade da Companhia para fidelização da base e aceleração do crescimento da receita.

A Claro foi vencedora do prêmio Consumidor Moderno 2024 na categoria Telecomunicações - TV por assinatura. O prêmio reconhece empresas que se destacam na qualidade do atendimento ao cliente, inovação e excelência em produtos e serviços.

Mercado Corporativo

A Embratel manteve em 2024 o ritmo consistente e contínuo de crescimento de sua receita na comparação anual, com destaque nas Plataformas de Soluções Digitais e Mobilidade, impulsionadas pelos principais pilares: Cloud (+119,6%), Pós-Pago (+29,2%), *Omnichannel* (+19,3%), Segurança (+18,9%) e M2M/IOT (+7,0 %).

Seguimos com nossa estratégia de crescimento em Soluções Digitais, com ofertas *MultiCloud* para gestão de ambientes híbridos com modelos de fornecimento e implementação flexíveis, simples, rápidos e seguros. O objetivo dessa estratégia é ampliar a infraestrutura digital de clientes e intensificar a cultura de inovação para empresas de todos os tamanhos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os desfiles do Grupo Especial das Escolas de Samba do Carnaval do Rio de Janeiro e de São Paulo foram transmitidos por meio de 5G SA (*Standalone*) com *Network Slicing*. Essa foi a primeira vez que ambos os sambódromos contaram com a infraestrutura inovadora para maior garantia de banda, confiabilidade, agilidade e estabilidade na transmissão de vídeo de alta resolução de imagem e som para todo Brasil.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

As receitas são impactadas por variações nos volumes consumidos pelos clientes, modificações nas tarifas cobradas nos planos de serviços, lançamento de produtos, promoções comerciais e movimentações em sua base de clientes. Os preços das tarifas podem ser ajustados pela Companhia desde que compreendidas no preço limite homologado pela ANATEL, o valor máximo fica sujeito a um reajuste anual conforme o comportamento da inflação.

A receita de serviços da Companhia não é substancialmente afetada por variações cambiais, pois provém significativamente de operações internas em moeda local.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação é uma das principais preocupações dos executivos brasileiros, pois com o aumento dos preços o poder aquisitivo dos clientes diminui, ficando as Companhias pressionadas, para manter o nível de consumo dos clientes, oferecer produtos de menor preço, colocando muitas vezes em risco a rentabilidade.

Da mesma forma, os índices inflacionários trazem impactos perversos ao negócio, pressionando os custos operacionais de uma forma geral.

As flutuações nas taxas de câmbio também trazem impactos relevantes nos negócios da Companhia, tendo em vista haver parte dos investimentos atrelados ao dólar norte americano, bem como a aquisição de aparelhos para revenda.

As flutuações nas taxas de juros afetam diretamente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Ao longo de 2024, a atividade econômica e o mercado de trabalho no Brasil surpreenderam positivamente, em grande parte devido a determinadas ações do Governo que impulsionaram a demanda interna.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Por conta disso, sobretudo a partir do 2º semestre, o ambiente inflacionário brasileiro foi se tornando menos favorável. A alta de preços principalmente de alimentos e da energia elétrica, o aquecimento da demanda interna por produtos industrializados e serviços, e a desvalorização do real, em parte por conta das incertezas fiscais, pressionaram a inflação oficial (IPCA), que encerrou 2024 em 4,83%. O Banco Central do Brasil optou por retomar o ciclo de alta da taxa básica de juros, que vinha num consistente movimento de redução. A taxa Selic iniciou o ano a 11,75% ao ano (a.a.), atingiu 10,50% a.a. em setembro e terminou o ano de 2024 em 12,25% a.a., com sinalização pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) de mais duas altas de 1 ponto percentual nas duas primeiras reuniões de 2025. Da mesma forma, a taxa de câmbio da moeda norte-americana sofreu uma forte alta e encerrou 2024 cotada a R\$6,1923 (aumento de 27,91% comparada com a taxa de encerramento de 2023, que foi de R\$4,8413). Apesar disso, as importações apresentaram um aumento considerável ao longo do ano.

A expectativa dos analistas de mercado, conforme relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 28 de fevereiro de 2025, é que essa gradual elevação da taxa Selic deve continuar como medida de contenção da inflação e encerrar 2025 no patamar de 15% a.a..

Nesse cenário, a concessão de crédito também poderá ser afetada levando a um menor crescimento em 2025. Para alguns analistas, a projeção para 2025 é a de contenção do ritmo de crescimento do consumo por parte das famílias, em função da expectativa de menor criação de postos de trabalho, portanto redução da massa real de rendimentos. Por conta do menor crescimento do PIB, desaceleração do mercado de trabalho, intensificação do aperto monetário, redução do impulso fiscal e menor pressão sobre os preços de alimentos, espera-se uma trajetória de desaceleração da inflação a partir do 2º semestre de 2025. Apesar desses efeitos a projeção, segundo o relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 28 de fevereiro de 2025, é de um aumento do IPCA para 5,65% em 2025 e uma redução para 4,40% apenas em 2026.

A nível global, com a posse do novo presidente norte-americano, a expectativa é de uma série de mudanças das relações externas dos Estados Unidos e na condução da economia mundial. As anunciadas medidas de corte de impostos corporativos, imposição de tarifas na importação de produtos industrializados, deportação de imigrantes ilegais, que pode causar escassez de mão de obra, colocam em risco o equilíbrio das contas públicas e aumentam o risco inflacionário na economia americana. Isso poderá acarretar o fim do ciclo de redução da taxa básica de juros pelo Federal Reserve (FED) e, por conseguinte, impactar as taxas de câmbio dos países emergentes e os preços dos bens industrializados e de alimentos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.5 Medições não contábeis

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA:

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em conformidade com a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022. O EBITDA é o lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos de depreciação e amortização, já a Margem EBITDA representa a EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro, lucratividade ou liquidez segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro: IFRS® *Accounting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutas do resultado líquido, indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa alternativo para cálculo de liquidez. Estas medidas não representam fundo disponível para distribuição de dividendos, reinvestimentos ou outros usos.

Valores em R\$ Milhões	2024
EBITDA	21.753
Margem EBITDA	44,5%

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O EBITDA consolidado da Companhia representa o resultado líquido antes das participações de não controladores, imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, depreciação e amortização e equivalência patrimonial, como segue:

Valores em R\$ Milhões	2024
Prejuízo do exercício	(1.307)
(+) Depreciação e amortização	12.512
(+) Resultado de equivalência patrimonial	(8)
(+) Resultado financeiro	11.553
(+) Imposto de renda e contribuição social	(998)
EBITDA	21.753
Margem EBITDA	44,5%
Receita operacional, líquida	48.915

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida adequada para aferir e analisar o desempenho operacional, por ser uma medida normalmente declarada e amplamente utilizada no setor de telecomunicações.

Como mencionando no item 2.a) o EBITDA não deve ser considerado em separado ou como substituto do resultado líquido, indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa alternativo para cálculo de liquidez. Esta medida não representa fundo disponível para distribuição de dividendos, reinvestimentos ou outros usos.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Contingências tributárias

Em 2 de janeiro de 2025, a controlada Claro NXT recebeu um auto de infração sob a alegação de incidência de ICMS sobre serviços de valor adicionado, no montante de R\$571.130. Os consultores jurídicos da controlada Claro NXT avaliaram o risco de perda para esta contingência como possível.

Partes relacionadas

Em 28 de janeiro de 2025, a controlada Claro NXT realizou alterações de condições e alongamento de prazo num contrato de empréstimo denominado em Dólar dos Estados Unidos, e atualmente convertido para Reais. As alterações do contrato foram do montante de principal de USD213.417.780,79 para R\$1.257.670.982,20, da taxa de juros de 2,54% a.a. para 11,40% a.a., e do vencimento de 15 de janeiro de 2026 para 28 de janeiro de 2035.

No dia 30 de janeiro de 2025, a controlada Claro NXT fez alteração do credor do contrato de empréstimo com a parte relacionada AMX International Mobile – México para Amov Finance. As demais condições pré-estabelecidas permaneceram inalteradas.

2.7 Destinação de resultados

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2024
a. Regras sobre retenção de lucros	Nos termos do Art. 193 da Lei 6404/76 (a " LSA ") e do Art. 20 do Estatuto Social da Emissora, a Emissora deverá obrigatoriamente constituir Reserva Legal à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social realizado (ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital que trata o § 1º do artigo 182 da LSA). Após este limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social assegura um dividendo obrigatório, em cada exercício, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do Art. 202 da LSA. O saldo do lucro líquido não alocado ao pagamento do dividendo obrigatório terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, ou ainda, determinar o levantamento de balanço e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base no lucro apurado em tal balanço.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Companhia não possui qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar o órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	O emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, seguindo os ditames previstos na LSA e o seu Estatuto Social.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**
 - i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
 - ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iii. Contratos de construção não terminada**
 - iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possui itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. Natureza e o propósito da operação**
- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

A Companhia não possui itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.10 Planos de negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo ao desenvolvimento e crescimento do país. Da mesma forma, possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Em 2024, a Companhia investiu R\$8,7 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede, equipamentos de TV por assinatura, e banda larga.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza-se da geração de recursos próprios, emissão de debêntures, notas promissórias e notas comerciais, captações junto a instituições financeiras e companhias do grupo América Móvil (partes relacionadas) para financiamento de capital de giro e demais investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há pesquisas em andamento, portanto não houve gastos.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há projetos em desenvolvimento.

2.10 Planos de negócios

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve gastos no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia está comprometida em equilibrar os interesses econômicos, ambientais e sociais e assume suas responsabilidades no exercício da cidadania, incentivando e contribuindo com o desenvolvimento das comunidades onde atuamos. Desta forma, a estratégia de atuação da Companhia relacionadas a questões ASG, está baseada em valorizar relações sustentáveis com clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, parceiros, órgãos governamentais e outros públicos e busca ainda crescer e prosperar em um ambiente de desafio e incertezas.

A estratégia da Companhia está centrada em 4 pilares de atuação: ambiental, trabalho e direitos humanos, social e governança, abaixo as principais oportunidades:

- **Ambiental:**

- Reduzir em 52% as emissões do escopo 1 e 2 até 2030 - combustíveis e energias renováveis (Programa Energia da Claro) como forma de eliminação, e zerar até 2050; e reduzir em até 14% as emissões do escopo 3 até 2030 (metas validadas globalmente pelo SBTi– *Science Based Targets Initiative: Ambitious corporate climate action*);
- Expandir a gestão e tratamento dos resíduos sólidos internos e da logística reversa (Programa Claro Recicla, Logística Reversa de materiais e coleta de equipamentos do Claro TV), promovendo a economia circular (projeto inovador que usa os plásticos reciclados dos *decoders* do Claro TV para produzir controles remotos com plástico 100% reciclados e caixas box para o transporte de suprimentos entre os Centros de Distribuição e bases técnicas);
- Dentre outras iniciativas para reduzir a pegada hídrica e o consumo de recursos naturais e água, por exemplo, destaque para o projeto Paperless, que digitaliza processos e documentos, reduzindo o consumo de papel nas operações.

- **Trabalho e Direitos Humanos:**

- Promoção e oferecimento do desenvolvimento, crescimento e retenção de talentos;
- Fomento da diversidade, equidade e inclusão dentro da Companhia;
- Promoção e garantia da saúde e da segurança dos trabalhadores em todas as operações por meio de processos, auditorias e treinamentos contínuos.

2.10 Planos de negócios

- **Social:**

- A Companhia promove a educação e a cidadania por meio da conectividade e da tecnologia. Entre as muitas frentes de impacto social da empresa, incentivamos a inclusão produtiva jovem, o desenvolvimento humano e a educação de qualidade. Programas como o Dupla Escola, Campus Mobile e o Conexão Voluntária, programa de voluntariado corporativo da Companhia, além do patrocínio a projetos voltados para o combate a evasão escolar no Brasil em parceria com o UNICEF, trazem resultados significativos para o impacto social. A maior parte destas iniciativas é desenvolvida pelo Instituto Claro, inteligência social da Companhia.

- **Governança:**

- Ética, Integridade e Anticorrupção são um dos pilares que fundamentam a nossa atuação na governança corporativa interna e da cadeia de valor da Companhia amparados pelo nosso Código de Ética. Ações para garantir a segurança, sigilo e proteção dos dados são adotadas periodicamente, bem como treinamentos aplicados em todas as marcas do grupo e canal de denúncia oferecido para garantir a integridade de nossa atuação e de todos os nossos *stakeholders*, sempre alinhados ao nosso código de ética.

A Companhia possui comitês de sustentabilidade (Trabalho e Executivo) para acompanhar e gerenciar o andamento e cumprimento dos indicadores, metas e compromissos formalizados em cada pilar de atuação. Grupos que contam com especialistas, gestores e diretores responsáveis por liderar os temas dentro da Companhia.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não houve itens que influenciaram no desempenho operacional e que não foram identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável, conforme descrito na Resolução CVM Nº80 de 29 de março de 2022, a Companhia e suas controladas não divulgaram as projeções e estimativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

3.2 Acompanhamento das projeções

Não aplicável, conforme descrito na Resolução CVM N°80 de 29 de março de 2022, pois a Companhia e suas controladas não divulgaram as projeções e estimativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

Como a Claro Participações é uma *holding* não operacional, neste item, se utilizará o termo “Companhia” para as informações referentes as suas controladas diretas e indiretas.

a. ao emissor

Estamos sujeitos a autuações na forma de disputas legais no Brasil

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em vários processos judiciais cujas perdas são consideradas possíveis ou remotas. Se estes processos forem decididos contra a Companhia e suas controladas, poderá haver um impacto material adverso sobre suas condições financeiras e seus resultados operacionais.

Eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, podem indicar deterioração ou perda por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

A Companhia requer funcionários altamente capacitados em todos os níveis da empresa. Qualquer dificuldade em contratar e reter funcionários poderá afetar de modo adverso nossa capacidade de operar nossos negócios

Os mercados de trabalho nos setores de telecomunicações e de tecnologia da informação são muitos competitivos, especialmente para trabalhadores e líderes altamente qualificados. A Companhia acredita que seu sucesso futuro dependerá em grande medida de sua capacidade de recrutar, contratar, motivar, desenvolver e reter funcionários talentosos para todas as áreas da empresa. Caso não contrate tais empregados ou os substitua por sucessores altamente capacitados e experientes, poderá enfrentar dificuldades na execução de seus planos estratégicos. Se o pessoal-chave fosse separado da Companhia, as atividades poderiam ser afetadas adversamente. A Companhia poderia ser forçada a incorrer em custos significativos para identificar e contratar funcionários para substituir aqueles que deixam a Companhia e poderia sofrer uma grande perda de experiência e talento. Nesse caso, a Companhia pode não conseguir atingir os objetivos de seu plano de negócios, o que, por sua vez, pode ter um impacto adverso significativo em seu crescimento de receita e lucratividade.

A Companhia monitora regularmente a situação dos mercados e os indicadores internos, aplicando ações para manter a atratividade e retenção dos talentos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode ser multada ou sofrer outras consequências adversas em razão de problemas com a qualidade dos nossos serviços

A ANATEL, assim como outros órgãos judiciários e administrativos, tem a autoridade para suspender nossas vendas com o intuito de melhorar a qualidade geral dos serviços de telecomunicações. As suspensões de vendas geralmente se aplicam aos serviços que receberam reclamações de consumidores e de agências de proteção ao consumidor. Quando aplicada, a suspensão é temporária e geralmente é encerrada quando a empresa apresenta um plano de ação para melhorias. A capacidade da Companhia de cumprir com os requisitos de qualidade de serviço no futuro pode ser afetada por fatores além de seu controle e, portanto, a Companhia não pode garantir que será capaz de atender a esses requisitos.

A Companhia mantém comissões para monitorar a qualidade de seus serviços, aplicando ações para melhorar seus indicadores de satisfação dos clientes.

A Companhia explora continuamente novas oportunidades para efetuar aquisições. Essas aquisições e seus financiamentos podem ter um efeito significativo nas atividades, nos resultados da operação e na situação financeira da Companhia

A Companhia está frequentemente em processo de avaliação de aquisições potenciais, embora não possa garantir que realmente realizará qualquer aquisição futura. Qualquer futura aquisição, financiamento e assunção da dívida da empresa adquirida pode ter um efeito relevante sobre os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Estamos expostos a riscos relacionados ao cumprimento das disposições legais a respeito ao combate da corrupção

A Companhia está sujeita a marcos regulatórios complexos e cada vez mais rigorosos. As práticas de governança corporativa da Companhia e os processos que ela utiliza para garantir o cumprimento das disposições legais a que está sujeita podem ser insuficientes para evitar violações das leis, regulamentos e normas contábeis ou de governança corporativa aplicáveis. A Companhia poderia ser afetada por violações de seu Código de Ética, suas políticas anticorrupção ou seus protocolos de conduta comercial, bem como por conduta fraudulenta ou práticas corruptas ou desonestas de seus funcionários, contratados ou outros representantes. Caso a Companhia ou qualquer de seus contratados não cumpra as leis e medidas regulatórias aplicáveis à luta contra a corrupção e o suborno, à prevenção à lavagem de dinheiro e à imposição de sanções econômicas e comerciais, a Companhia poderá estar sujeita a multas ou outras sanções significativas e à sua reputação, as suas operações e a sua capacidade de recorrer aos mercados financeiros podem ser afetadas negativamente.

A publicação de informação negativa ou incorreta nas redes sociais ou plataformas similares podem afetar de forma adversa o prestígio da Companhia

Informações negativas ou incorretas sobre a Companhia ou suas marcas podem ser postadas a qualquer momento em mídias sociais ou outras plataformas semelhantes, incluindo *weblogs*, páginas de mídia social e outras mídias *on-line* que podem ser ouvidas por um amplo público de consumidores e outras partes interessadas. Essas informações podem prejudicar a reputação da Companhia sem dar à mesma a oportunidade de responder ou retificar, o que, por sua vez, pode afetar adversa e significativamente as atividades, a condição financeira e os resultados operacionais.

A Companhia monitora mídias sociais ou outras plataformas semelhantes, atuando sempre que as informações não estão aderentes ao Código de Ética e aos valores da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adaptação às práticas em matéria ambiental, de responsabilidade social e de governança corporativa podem gerar custos e riscos adicionais ou expor a novos riscos

Investidores e outras partes interessadas estão cada vez mais atentos às práticas ambientais, de responsabilidade social e de governança corporativa das empresas de todos os setores. Se a Companhia não atender às expectativas desses grupos, independentemente de ter ou não uma obrigação legal de fazê-lo, sua reputação pode ser prejudicada e situação financeira pode ser afetada de forma adversa significativa. Se a Companhia não atender às expectativas de seus diversos *stakeholders*, responder adequadamente a elas ou atingir metas significativas de sustentabilidade, a confiança em suas marcas poderá diminuir e suas atividades ou capacidade de acessar fontes de financiamento poderão ser afetadas.

A Companhia possui Comitê Executivo de Sustentabilidade, que trata de todas as ações relacionadas ao ESG. A Companhia faz parte do Pacto Global da ONU.

Os incidentes relacionados com a segurança cibernética e os atentados contra a segurança de redes ou sistemas de tecnologia de informação da Companhia podem ter um efeito adverso em suas operações e em seu prestígio

Nos últimos anos, tanto os incidentes relacionados à segurança cibernética quanto as táticas para violar os sistemas críticos de grandes empresas, a fim de obter acesso a informações sensíveis e explorá-las, evoluíram e aumentaram em sofisticação e frequência. Embora a Companhia empregue diversas medidas para prevenir, detectar e mitigar esses incidentes, não há garantia de que será capaz de prevê-los ou preveni-los adequadamente. O crime cibernético pode resultar em destruição, o uso indevido ou divulgação de dados pessoais ou outras informações sensíveis. A constante evolução dos incidentes de cibersegurança dificulta sua detecção ou prevenção, tornando vulneráveis os sistemas da Companhia, de seus prestadores de serviços e de seus clientes. Violação ou danos aos sistemas da Companhia por qualquer motivo pode resultar em perda de dados, problemas de acesso a esses sistemas e interrupção de suas operações. Caso algum desses eventos ocorra, a perda, divulgação não autorizada ou falta de acesso a dados e interrupção de redes móveis ou fixas podem ter um efeito adverso significativo nas atividades e resultados operacionais da Companhia. Os custos relacionados a um incidente de segurança cibernética podem incluir aumento de despesas com informações e medidas de segurança cibernética, danos à reputação da Companhia ou perda de clientes e parceiros, e podem causar perdas financeiras devido à necessidade de tomar medidas de correção e lidar com possíveis responsabilidades, incluindo eventuais litígios e penalidades. Qualquer uma dessas circunstâncias pode ter um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

A Companhia possui um Programa de Segurança da Informação Corporativa para criar todos os mecanismos e tecnologias para identificar riscos e vulnerabilidades, detectar falhas e incidentes, proteger os ativos e recuperar os serviços, suportados por uma governança robusta.

A falta de gestão adequada dos dados pessoais pode conduzir o manuseio incorreto dos dados

A Companhia processa grandes quantidades de dados pessoais de seus clientes e funcionários e está sujeita a vários requisitos regulatórios em relação à conformidade, segurança, privacidade e qualidade na gestão desses dados. A falha em gerenciar adequadamente os dados pessoais pode levar ao tratamento indevido de dados pessoais, o que, por sua vez, pode levar à perda de dados, levar a investigações ou penalidades por parte das autoridades reguladoras e criar riscos de segurança cibernética e de privacidade. A Companhia está sujeita à regulamentação relativa à privacidade de dados pessoais; e seu não cumprimento das regulamentações aplicáveis poderia expô-la a custos mais altos e limitar sua capacidade de transmitir dados entre certas jurisdições, o que poderia afetar adversamente suas operações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia possui um Programa de Privacidade, que trabalha para proteger a privacidade dos titulares dos dados pessoais, respeitando requisitos legais, de proteção e integridade.

Podemos não conseguir acompanhar os desenvolvimentos em tecnologia e não inovar

O setor de telecomunicações continua passando por grandes mudanças devido ao desenvolvimento de novas tecnologias que oferecem aos clientes um leque de opções para atender às suas necessidades de comunicação. Essas mudanças incluem, mas não se limitam a reformas regulatórias, padrões da indústria em evolução, melhoria constante da capacidade e da qualidade da tecnologia digital, redução dos ciclos de desenvolvimento de novos produtos, evolução das tecnologias de energia limpa e renovável e mudança nas necessidades e preferências do cliente final.

Se a Companhia não conseguir acompanhar os avanços tecnológicos e nem inovar, seja em tempo hábil ou a um custo aceitável, poderá perder clientes para seus concorrentes. Em linhas gerais, o desenvolvimento de novos serviços no setor exige que a Companhia se antecipe e responda às diversas e mutáveis demandas de seus usuários. Além disso, exige investimentos significativos de capital – inclusive na manutenção e modernização de suas redes de forma contínua – para ampliar sua cobertura, aumentar sua capacidade de absorver o crescimento da demanda por seus serviços de banda larga e adaptar-se às novas tecnologias. A Companhia pode não ser capaz de prever com precisão as tendências tecnológicas ou o sucesso de novos serviços no mercado. Além disso, a introdução de novos serviços e de inovação pode estar sujeita a restrições legais ou regulamentares. Se tais serviços não conseguirem obter aceitação no mercado, ou se os custos associados à sua implementação e introdução aumentarem significativamente, a capacidade da Companhia de reter e atrair clientes poderá ser afetada negativamente. O precedente se aplica a muitos dos serviços fornecidos pela Companhia, incluindo serviços que usam tecnologias com e sem fio.

A Companhia possui o BeOn, estrutura criada para fomentar a inovação, através de vários mecanismos, como parcerias, incentivos a startups, etc.

Uma falha em nossa rede e/ou sistemas de informação poderiam perturbar significativamente nossas operações, o que poderia ter um efeito material adverso nessas operações e sobre nossos negócios, resultados de operações e condições financeiras

A Companhia precisa fornecer aos seus clientes um serviço contínuo e confiável em toda a sua rede. A rede e a infraestrutura da Companhia estão expostas a uma série de riscos, entre eles:

- Danos físicos às linhas de acesso e redes fixas;
- Interrupções de energia ou mudanças de tensão;
- Desastres naturais;
- Mudanças climáticas;
- Atos maliciosos como roubo ou uso indevido de dados do usuário;
- Limitações no uso de estações rádio base;
- Defeitos em programas de computador;
- Erro humano, e
- Outras interferências fora do controle da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia tem tomado uma série de medidas para reduzir esses riscos, acompanhados por um Comitê de Continuidade Operacional, mas não há garantia de que essas medidas serão capazes de evitar completamente a falha de seus sistemas. Falhas nos sistemas da Companhia podem resultar em interrupções em seus serviços ou diminuição da capacidade de seus clientes, qualquer uma das quais pode ter um efeito adverso em suas operações, causando um aumento em suas despesas, expondo-a a responsabilidade legal, gerando perdas de usuários atuais e potenciais, reduzindo os níveis de tráfego gerados por seus usuários, diminuir sua renda e prejudicar sua reputação, entre outras coisas.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Somos controlados por um único grupo

A Claro Telecom Participações S.A. tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), sociedade de capital aberto, organizada e existente de acordo com as leis do México.

Estamos envolvidos em transações com partes relacionadas que podem gerar potenciais conflitos de interesse

Nós e nossos controladores estamos envolvidos em transações com entidades que, como nós, são controladas direta ou indiretamente pelo mesmo grupo. As transações com partes relacionadas podem criar potenciais conflitos de interesse. Estas entidades estão descritas no item 11.2 deste Formulário de Referência.

c. suas controladas e coligadas

Participamos direta e indiretamente no capital social de algumas sociedades, as quais estão sujeitas a riscos substancialmente análogos àquelas descritos neste formulário.

A capacidade da Companhia para pagar dividendos e dívida depende de que suas controladas paguem dividendos e transferiram outros recursos

A Companhia é uma *holding* cujos únicos ativos significativos são as ações de suas controladas e suas posições de caixa e equivalentes de caixa. A capacidade da Companhia de pagar dividendos e pagar sua dívida depende de suas controladas pagarem dividendos a ela e transferirem outros recursos para ela. A capacidade das controladas de pagar dividendos e transferir outros recursos para a Companhia pode estar sujeita a restrições legais, regulatórias ou contratuais.

d. seus administradores

Governança na condução dos negócios

Nossos administradores devem observar as disposições de governança estabelecidas no Estatuto Social e nas Políticas da Companhia (especialmente no que tange às competências, atribuições e seus limites) na execução de suas atividades no âmbito da condução dos nossos negócios. Eventual atividade realizada em dissonância com tais disposições pode gerar a nulidade do ato praticado, e, conseqüentemente, ocasionar conseqüências adversas para a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos envolvendo nossos administradores

Os membros de nossa administração podem vir a fazer parte de processos judiciais, arbitrais e administrativos nas mais variadas esferas (cível, regulatório, tributária, trabalhista, propriedade intelectual, concorrencial, ambiental, criminal, dentre outras). Dependendo do objeto do processo, o julgador pode decidir de forma desfavorável aos interesses da empresa, afetando a consecução dos nossos negócios conforme haviam sido planejados e ocasionando perdas de valores que não estavam provisionados ou mesmo repercutir negativamente contra a imagem da Companhia.

e. seus fornecedores

Dependemos de fornecedores para prover os equipamentos que precisamos para operar nossos negócios

A Companhia conta com uma série de fornecedores de aparelhos celulares, equipamentos de rede e serviços, todos necessários para o crescimento e condução de suas operações. Se esses fornecedores não fornecerem equipamentos ou serviços à Companhia em tempo hábil, as atividades da Companhia poderão ser de alguma forma afetadas, o que poderá ter um efeito adverso nas receitas e nos resultados operacionais da Companhia. No entanto, a Companhia entende ter uma gama de fornecedores suficiente para, em caso de interrupção de fornecimento por parte de alguns dos fornecedores, se possa ter alternativas que permitam a continuidade dos negócios.

Ações tomadas por autoridades governamentais ou regulatórias em relação a alguns de nossos fornecedores também podem, de alguma forma, afetar os negócios da Companhia.

Dependemos do serviço de terceiros em determinadas vendas e atendimento ao consumidor

Dependemos de terceirizados para fornecer serviços com custo reduzido e eficiente no atendimento ao consumidor. Dentre outras atividades, esses serviços terceirizados referem-se a vendas diretas e relacionamento com clientes, incluindo *call centers*. Caso algum de nossos fornecedores terceirizados interrompa seus serviços, devido a dificuldades financeiras ou operacionais, ou por qualquer outro motivo, ou venha a prestar serviço insatisfatório ou de alguma forma não cumprir nossas especificações, a nossa capacidade de responder aos nossos clientes prontamente, de modo econômico ou como um todo, seria prejudicada, já que contamos com fornecedores com capacidade para suprir a terceiros que eventualmente apresentem problemas que coloquem em risco nossa operação.

f. seus clientes

Se não conseguirmos gerenciar com êxito o processo de cobrança e combater com sucesso o uso fraudulento de nossa rede, nossas despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa poderiam aumentar, e poderíamos ter prejuízo no nosso fluxo de caixa operacional momentaneamente até a correção do problema

Não podemos garantir que nossas estratégias de prevenção a fraudes continuarão sendo eficazes no combate ao uso fraudulento de nossa rede; de recuperação de quantias faturadas e não pagas pelo uso de nossas redes; ou que os esforços que se mostraram eficazes em nossos negócios continuem gerando os mesmos resultados. Nosso nível de despesas com inadimplência poderá aumentar no futuro, o que pode prejudicar nossa lucratividade e nosso fluxo de caixa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Continuamos investindo em sistemas de informação eficazes para tomada de decisão mais acurada quanto a crédito e prevenção a fraudes, bem como em gestão e modelos de cobrança robustos para recuperação dos débitos de inadimplentes, mitigando o risco de impacto em nossa lucratividade e fluxo de caixa.

O aumento das taxas de desconexão (“churn”) poderão afetar de forma negativa nossas receitas e lucratividade

A taxa de desconexão de assinantes é o percentual do número total de assinantes desconectados da rede em um determinado período em relação ao número médio de assinantes no mesmo período. Nossa capacidade de gerar receitas depende de nossa capacidade de atrair e manter assinantes, o que implica custos significativos, tais como as despesas de *marketing*, comissões sobre vendas e custo de equipamentos, taxas elevadas de desconexão de assinantes poderão ter um efeito negativo relevante sobre nossas despesas operacionais e lucratividade, dado que o tempo de permanência pode não ser suficiente para recuperação dos custos de aquisição. Recorrentemente revisamos a relação entre esses custos e o tempo de permanência. Além disso, a deterioração da situação econômica pode levar a um aumento na taxa de desconexão dos clientes da Companhia.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

O aumento da competição no mercado de telecomunicações pode afetar nossas receitas, rentabilidade e participação no mercado

Enfrentamos elevada competição, que pode resultar na redução de potenciais ou atuais clientes, receitas e rentabilidade. A entrada de novos competidores com grande capacidade financeira para investimentos e crescimento inorgânico poderia alterar a dinâmica competitiva, gerando efeitos adversos sobre a situação financeira e os resultados operacionais.

Entre os principais fatores que afetam o mercado de telecomunicações estão a introdução contínua de novos serviços e tecnologias, mudanças das preferências do cliente, tendências demográficas e condições econômicas.

Além disso, a Companhia prevê que o setor de telecomunicações se consolide em resposta à necessidade de as operadoras reduzirem seus custos e obterem novas licenças. Essa tendência pode resultar no surgimento de operadoras maiores, com maiores recursos financeiros, técnicos, promocionais e outros para competir com a Companhia.

Entre outras coisas, os concorrentes da Companhia podem:

- fornecer subsídios mais altos para a compra de telefones celulares;
- pagar comissões maiores aos seus distribuidores;
- oferecer serviços a preços mais baixos através de estratégias de preços; e
- expandir, desenvolver e implantar novas e melhores tecnologias mais rapidamente, incluindo a tecnologia 5G LTE.

A concorrência pode levar a Companhia a aumentar seus gastos com publicidade e promoção, bem como reduzir os preços de seus serviços e dispositivos móveis. Isso poderia levar a uma diminuição de suas margens operacionais, gerar um maior número de opções para os clientes e aumentar a migração de clientes entre concorrentes, o que, por sua vez, poderia dificultar a retenção de seus clientes atuais ou atrair novos clientes. Os custos associados à aquisição de novos clientes também podem continuar a aumentar, o que pode levar a uma diminuição da lucratividade da empresa, mesmo que seu número de clientes continue a crescer.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A capacidade da Companhia de competir com sucesso dependerá de seu nível de cobertura; a qualidade de sua rede e serviços; da qualidade de atendimento e relação com o cliente; da implementação de iniciativas efetivas de *marketing*; do sucesso na venda de produtos inovadores; de sua capacidade de prever e reagir a vários fatores que afetam a concorrência, incluindo a disponibilidade de novos serviços e tecnologias, das alterações nas preferências dos consumidores, das tendências demográficas, da situação econômica e das estratégias de preços dos concorrentes. Caso a Companhia não consiga atrair novos clientes, aumentar os níveis de uso de seus serviços e introduzir novos serviços para neutralizar eventuais reduções de preços e responder à concorrência, suas receitas e lucratividade podem diminuir.

h. Regulação dos setores em que o emissor atue

Mudanças no ambiente regulamentar governamental podem prejudicar o nosso negócio

A Companhia e suas controladas desenvolvem atividades sujeitas à regulamentação e à fiscalização da ANATEL, que tem competência para outorgar concessões e licenças para a prestação de todos os tipos de serviços de telecomunicações, bem como propor e expedir disposições obrigatórias para as operadoras.

Nosso negócio está sujeito a extensiva regulamentação governamental e pode adversamente ser afetado pelas mudanças nas leis, regulamentações ou política regulatória. Quaisquer autoridades regulatórias que possuem jurisdição sobre nosso negócio podem implementar ou alterar regulamentações ou tomar outras ações que podem afetar adversamente nossas operações. Em particular, a regulamentação dos preços e tarifas que as operadoras podem cobrar de seus clientes, bem como outras taxas, podem nos afetar adversamente pela redução de nossa margem de lucro.

Os nossos negócios, resultados operacionais, receitas e condições financeiras podem ser afetados negativamente pelas ações das autoridades, incluindo a introdução de requisitos operacionais ou de serviços novos ou mais rigorosos; a concessão de licenças de operação em nossas áreas; limitações nas tarifas de interconexão que podemos cobrar de outros provedores de serviços de telecomunicações; imposição de multas ou penalidades significativas por descumprimento de obrigações regulatórias; atrasos na concessão ou na não concessão de aprovações para aumentos de tarifas; e limitações antitruste impostas pela ANATEL e pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Para mais informações sobre questões regulatórias aplicáveis às nossas atividades, vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

As concessões e autorizações da Companhia estão sujeitas a revisão pelo governo

As autorizações de uso de radiofrequência da Companhia são concedidas por prazos entre cinco e vinte anos, podendo ser prorrogadas mediante o pagamento das taxas aplicáveis, mas não há garantia de que a Companhia obterá as prorrogações necessárias. A perda ou a não prorrogação poderá ter um efeito adverso relevante sobre as atividades e os resultados operacionais da Companhia. Tanto a capacidade da Companhia de obter prorrogações quanto os termos de tais prorrogações dependem de muitos fatores além do controle da Companhia, incluindo o ambiente regulatório e político prevalecente no momento relevante. A prorrogação de uma autorização de radiofrequência específica pode estar sujeita à condição de que a Companhia concorde em cumprir novos e mais rigorosos termos e requisitos de serviço.

A concessão de longa distância irá vencer em 2025. O tema está em negociação perante os órgãos reguladores. O maior risco está relacionado aos ativos classificados como bens reversíveis, por atender ao serviço de longa distância e a outros serviços da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A prestação do serviço telefônico fixo comutado nas modalidades de longa distância nacional e internacional é outorgada em regime público por meio de contrato de concessão que tem termo final previsto para 31/12/2025. Os bens considerados essenciais para a prestação desse serviço são considerados reversíveis e têm sua posse transferida para união ou novo concessionário se ainda existir a manutenção dessas modalidades de serviço em regime público. A transferência da posse é normatizada pelo Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral (STFC) em Regime Público, aprovado pela Resolução n. 744/2021. Esse regulamento estabelece que poderá ocorrer a transferência da posse dos bens reversíveis de uso compartilhado com outros serviços de telecomunicações em regime privado na proporção de seu uso no regime público, sendo operacionalizada por meio de contrato com o futuro prestador do serviço em condições econômicas justas e razoáveis. Os bens de uso exclusivo na prestação do serviço em regime público poderão ter sua posse transferida por meio de contrato com o futuro prestador sendo passíveis de indenização.

Encontram-se ainda em curso estudos e discussões acerca da adaptação das concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC para autorizações do mesmo serviço e modalidade, conforme disciplinado na Lei 9.472/1997 e pelo Regulamento de Adaptação das Concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC para Autorizações do mesmo serviço, aprovado pela Resolução ANATEL nº 741/2021 que podem ter impacto em nossas operações.

A Companhia necessita adquirir capacidade adicional no espectro e modernizar continuamente suas redes para incrementar seu número de clientes e manter a qualidade dos seus serviços móveis

As autorizações de uso do espectro são essenciais para o crescimento da Companhia e para a operação e implantação de suas redes e o acompanhamento da constante evolução tecnológica – incluindo redes com tecnologias de nova geração, como o 4G LTE e 5G para oferecer melhores serviços de dados e serviços de valor agregado. A Companhia adquire a maior parte de suas autorizações de uso do espectro por meio de licitações públicas realizadas pelo governo.

A participação em licitações de espectro de radiofrequências requer autorização e o preenchimento de diversos requisitos prévios determinados pela ANATEL e pelo governo onde a Companhia pode estar sujeita a limites na quantidade de espectro que pode adquirir. Entre outras coisas, a incapacidade de adquirir espectro adicional pode levar a uma diminuição da qualidade da rede e dos serviços da Companhia, limitar sua capacidade de atender às necessidades de seus usuários e, conseqüentemente, afetar suas chances de competir frente a seus concorrentes.

Se a Companhia não puder adquirir capacidade adicional de espectro de radiofrequências, poderá aumentar a densidade de sua rede através da construção de novas estações rádio base e centros de comutação. No entanto, essas medidas são extremamente onerosas, podem estar sujeitas a restrições e autorizações em termos de regulamentação e não atenderiam plenamente às necessidades da Companhia.

As atuais autorizações de espectro são válidas por 15 anos e renováveis por iguais períodos uma única vez. Nossas autorizações de 850 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz que são as radiofrequências adquiridas no início da operação móvel vencem entre 2027 e 2028. Embora a nova Lei Geral de Telecomunicações, Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019, permita sucessivas renovações de espectro, não podemos garantir que nossas autorizações existentes serão renovadas e a Anatel poderá impor condições específicas para estas renovações que podem impactar a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Estamos sujeitos a certos riscos relacionados a condições e obrigações impostas pela ANATEL em decorrência de aquisição de espectro em editais de licitação

Em decorrência da aquisição de espectro no edital de licitação 4G em 2012 a Companhia adquiriu 40 MHz do espectro de 2,5 GHz o qual viabilizou a introdução da tecnologia 4G no Brasil. Além das obrigações de atendimento em 3G e 4G havia também compromisso de atendimento de áreas rurais. A verificação do cumprimento de tais metas ainda está em andamento pela Anatel.

A Companhia, assim como as demais operadoras que adquiriram, através de leilão realizado em dezembro de 2014, Radiofrequência na faixa de 700MHz, constituíram uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), a qual ficou responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação. Esta entidade ainda está operacional e sujeita a determinações da Anatel.

Em decorrência da aquisição de espectro no edital de licitação 5G em 2021, a Companhia e outras operadoras constituíram em 2022 a EAF (Entidade Administradora da Faixa de 3,5 GHz), visando possibilitar a migração da TVRO da Banda C para Banda Ku, construção da rede privativa do Governo Federal e construção das Infovias do Projeto PAIS. Além disso, o trabalho desta entidade visa a implementação do 5G, com velocidades ainda maiores, na frequência adquirida de 3,5 GHz em todas as capitais do país. Em decorrência do referido edital também foi constituída a EACE (Entidade Administradora da Conectividade de Escolas), responsável pela conexão nas escolas de educação básica do Brasil.

Se não formos capazes de cumprir as metas e obrigações previstas nos termos de autorizações a Anatel poderá executar nossas garantias financeiras bancárias, estaremos sujeitos a multas e poderemos ter nossas licenças para operar revogadas, afetando negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

i. Países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia não atua em países estrangeiros.

j. Questões sociais

A Companhia promove a educação e a cidadania por meio da conectividade e da tecnologia. Entre as muitas frentes de impacto social da empresa, incentivamos a inclusão produtiva jovem, o desenvolvimento humano e a educação de qualidade. Programas como o Dupla Escola, Campus Mobile e o Conexão Voluntária, programa de voluntariado corporativo da Companhia, além do patrocínio a projetos voltados para o combate a evasão escolar no Brasil em parceria com o UNICEF, trazem resultados significativos para o impacto social. A maior parte destas iniciativas é desenvolvida pelo Instituto Claro, braço de inteligência social da Companhia. É essencial para nós a identificação contínua, dinâmica e sistemática das características e demandas dos seus *stakeholders*, bem como das comunidades assistidas por nossa atuação. Isso nos permite avaliar os riscos e impactos potenciais gerados pelas operações da empresa nestas pessoas e comunidades.

Caso a empresa não seja capaz de implementar medidas sociais eficazes para atender às necessidades de seus públicos e comunidades envolvidas, incluindo treinamentos periódicos para os colaboradores, implementação de processos internos específicos, treinamento de equipes dedicadas a essa área e adoção de medidas coercitivas para evitar ações que vão contra os princípios de respeito, diversidade e inclusão, a opinião e percepção dos clientes sobre a empresa podem ser prejudicadas. Esse cenário, por sua vez, pode ter um impacto negativo nos nossos resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Portanto, é crucial nosso comprometimento em implementar medidas eficazes para atender às necessidades de nosso público e comunidades onde atuamos. Adotar essas medidas, juntamente com os pilares da responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e boa governança, é fundamental para preservar e garantir o sucesso contínuo de suas operações e serviços.

k. Questões ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais e descumprimentos a tais normas podem afetar adversamente a reputação e a posição financeira da Companhia.

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais. A eventual inobservância das normas pode sujeitar a Companhia a sanções administrativas, cíveis e criminais. Entre outras obrigações, a legislação estabelece exigências associadas à obtenção de licenças ambientais e ao cumprimento de padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, proteção de flora e fauna, gestão de resíduos sólidos, tratamento e remediação de áreas contaminadas bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas, o que faz com que incorramos em custos para prevenção, controle, redução ou eliminação de emissões no ar, solo e água, bem como no descarte e manejo de resíduos. Caso a Companhia cause ou de outra forma seja considerada responsável por algum dano ou ilícito ambiental, infração administrativa ou crime ambiental, poderá sofrer um efeito adverso em seus resultados e negócios, o que inclui também exposição reputacional.

A Companhia tem processos de licenciamento ambiental regular e monitorado e executa processos de logística reversa e economia circular, para reduzir resíduos e tratá-los adequadamente.

l. Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Condições climáticas adversas podem afetar de forma negativa os resultados de operação e a situação financeira da Companhia

Eventos climáticos extremos resultantes das mudanças climáticas ao longo dos anos podem danificar diretamente a infraestrutura de rede da Companhia e afetar a capacidade de seus fornecedores de fornecer os produtos e serviços necessários para fornecer cobertura de rede confiável. Qualquer interrupção pode resultar em atrasos nos planos de implantação da rede, interrupções no atendimento ao cliente e aumentos de custos, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia. Os potenciais efeitos físicos das mudanças climáticas, incluindo o aumento da frequência e da severidade de tempestades, inundações, incêndios, geadas, aumento do nível do mar e outros eventos climáticos, podem ter um impacto adverso significativo nas atividades, na infraestrutura e nos resultados financeiros da Companhia. As interrupções operacionais resultantes dos potenciais efeitos físicos das alterações climáticas, tais como danos na infraestrutura da rede, podem conduzir a aumentos de custos e perda de receitas. A Companhia pode ser forçada a incorrer em custos significativos para melhorar a resiliência de sua infraestrutura às mudanças climáticas e a tomar medidas de preparação, resposta e mitigação em relação a tais impactos. A Companhia não pode prever com certeza o montante de potenciais custos ou perdas devido aos efeitos físicos das mudanças climáticas.

A Companhia trabalha para aumentar a resiliência de sua infraestrutura em relação aos riscos físicos dos eventos climáticos. Em relação aos riscos de transição, acompanha os movimentos regulatórios ou da criação de leis, para buscar se adequar o mais rápido possível.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não há outras questões a serem comentadas.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1. Os incidentes relacionados com a segurança cibernética e os atentados contra a segurança de redes ou sistemas de tecnologia de informação da Companhia podem ter um efeito adverso em suas operações e em seu prestígio;
2. Mudanças no ambiente regulamentar governamental podem prejudicar o nosso negócio;
3. Estamos sujeitos a autuações na forma de disputas legais no Brasil;
4. Uma falha em nossa rede e sistemas de informação poderia perturbar significativamente nossas operações, o que poderia ter um efeito material adverso nessas operações e sobre nossos negócios, resultados de operações e condições financeiras;
5. O aumento da competição no mercado de telecomunicações pode afetar nossas receitas, rentabilidade e participação no mercado.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Como a Claro Participações é uma *holding* não operacional, neste item, se utilizará o termo “Companhia” para as informações referentes as suas controladas diretas e indiretas.

a) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar

Cenário I	Dólar - 5%	R\$5,8827
Cenário II	Dólar - 25%	R\$4,6442
Cenário III	Dólar - 50%	R\$3,0962

Risco de alta do dólar

Cenário I	Dólar + 5%	R\$6,5019
Cenário II	Dólar + 25%	R\$7,7404
Cenário III	Dólar + 50%	R\$9,2885

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2024	Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do US\$				
Partes relacionadas	17.309.201	(865.460)	(4.327.300)	(8.654.601)
Fornecedores	49.794	(2.490)	(12.449)	(24.897)
Outros ativos	38.600	1.930	9.650	19.300
		(866.020)	(4.330.099)	(8.660.198)
Alta do US\$				
Partes relacionadas	17.309.201	865.460	4.327.300	8.654.601
Fornecedores	49.794	2.490	12.449	24.897
Outros ativos	38.600	(1.930)	(9.650)	(19.300)
		866.020	4.330.099	8.660.198

b) Risco da taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

Cenário provável	Cenário I	Cenário II
CDI em 31/12/2024	CDI + 50%	CDI - 50%
12,15%	18,23%	6,08%

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação <i>Valores em milhares de reais</i>	Ganho/(perda)		
	Posição em 31/12/2024	Cenário I	Cenário II
Dívida indexada a CDI	7.804.125	(893.816)	713.679

A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer hedge contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares (“dealers”) e distribuidores de cartões pré-pago.

A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.

O risco de crédito com relação às contas a receber dos serviços de telefonia móvel celular, TV por assinatura, *internet*, banda larga e telefonia fixa é diversificado por conta da pulverização da base de assinantes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, visualizar o sinal de TV por assinatura e conectar à *internet*, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL.

A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantém limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.

A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas

A situação jurídica da Companhia e das suas controladas englobam processos de natureza tributária, regulatória, cível, consumidor, ambientais e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia e das suas controladas, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. Segue abaixo descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas.

Descrevemos a seguir os processos relevantes que a Companhia e suas controladas estavam sujeitas de natureza tributária, regulatória, cível, consumidor, ambientais e trabalhista para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(Valores em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Processos tributários:

a) ICMS

Execução Fiscal nº 0367286-36.2008.8.19.0001	
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	2ª Instância
c. Data da instauração	06/11/2008
d. Partes no processo	Polo ativo: Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro Polo passivo: Claro S.A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	A causa monta R\$402.754
f. Principais fatos	Exigência do ICMS sobre a parcela da base de cálculo na TV por assinatura exonerada em razão de benefício fiscal de redução, ante a falta de pagamento da parcela beneficiada.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A ausência de consideração dos créditos a que a Net teria direito, devidamente questionada (e ignorada pelo Estado) ao longo do processo administrativo, implica nulidade da CDA ante a necessidade de cálculos complexos que integram a etapa de acerto do crédito tributário, incompatível com a presunção de liquidez e certeza inerente à execução fiscal.
h. Estágio do processo	Aguarda julgamento da Apelação do Estado.
i. Chance de perda	Provável.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O valor em questão diante da atividade de TV por assinatura.
k. Análise de impacto em caso de perda em processo	Pagamento do valor em litígio.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b) PIS/COFINS

Ação Judicial 47397-26.2010.4.01.3400 – PIS/COFINS	
a. Juízo	Justiça Federal do Distrito Federal
b. Instância	2ª Instância Judicial
c. Data da instauração	06/10/2010
d. Partes no processo	Polo ativo: Claro S.A Polo passivo: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	A causa monta R\$1.822.779
f. Principais fatos	Ação Judicial visando a compensação de créditos de PIS/COFINS apurados no regime não cumulativo com débitos de PIS/COFINS apurados no regime no regime cumulativo.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Embora se trate do mesmo tributo, o regime de apuração não permite que o saldo credor do regime não cumulativo seja utilizado para quitar o débito apurado pelo regime cumulativo.
h. Estágio do processo	Aguarda julgamento da Apelação.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O valor em litígio é objeto de depósito judicial.
k. Análise de impacto em caso de perda em processo	Conversão do depósito em renda.

Ação Judicial 2007.61.00.027060-6 PIS/COFINS Exclusão da Receita de Interconexão da Base de Cálculo	
a. Juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. Instância	2ª Instância Judicial
c. Data da instauração	25/09/2007
d. Partes no processo	Polo ativo: Claro S.A Polo passivo: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	A causa monta R\$1.485.540
f. Principais fatos	Discussão judicial relativa ao direito da Cia de excluir das bases de cálculo do PIS e COFINS os valores repassados as operadoras de telecomunicações a título de interconexão por não configurarem receita própria.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	O custo de interconexão incorrido pela Cia em contratos cuja celebração é obrigatória, leva a impossibilidade de se considerar o valor correspondente pago pelo usuário final como receita própria – portanto, não tributável por PIS e COFINS.
h. Estágio do processo	Aguarda julgamento dos embargos de declaração em face de acórdão que rejeitou ao Recurso de Apelação da União.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Foi constituída provisão equivalente aos valores não recolhidos de PIS e COFINS, em razão da Cia e seus auditores independentes entenderem tratar-se de uma obrigação legal, nos termos do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM 594/2009.
k. Análise de impacto em caso de perda em processo	Pagamento dos valores em litígio.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública – EBC

Ação Judicial 2009.34.00.017899-8 – Contribuição para EBC	
a. Juízo	Justiça Federal do Distrito Federal
b. Instância	2ª Instância Judicial
c. Data da instauração	28/05/2009
d. Partes do processo	Polo Ativo – Sinditelebrasil (Claro S.A e outros) Polo Passivo - União Federal e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	A causa monta o valor de R\$1.364.081
f. Principais fatos	Discussão em torno da ilegalidade e Inconstitucionalidade da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) destinada ao custeio da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não é necessário Lei Complementar para instituir CIDE; não há <i>bis in idem</i> para outras CIDE; a referibilidade é indireta.
h. Estágio do processo	Aguarda julgamento da Apelação.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Foi constituída provisão equivalente ao valor em litígio, em razão da Cia e seus auditores independentes entenderem tratar-se de uma obrigação legal, nos termos do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM 594/2009; e todo o valor em disputa foi depositado judicialmente.
k. Análise de impacto em caso de perda em processo	Conversão dos depósitos judiciais em renda.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d) IRPJ

Ação Rescisória nº 0001951-22.2009.4.02.0000	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 2ª Região
b. Instância	2ª instância judicial
c. Data da instauração	05/03/2012
d. Partes no processo	Polo Ativo - União Federal Polo Passivo - Claro
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	A causa monta R\$323.533
f. Principais fatos	Ação rescisória ajuizada pela União Federal, em que se rediscute a exigência de IRPJ no período de julho a dezembro de 1998, sobre as receitas decorrentes do tráfego entrante.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve decadência para ajuizamento da ação rescisória, pois a última decisão foi proferida pelo STJ; apesar disso, a competência para rescisória seria do TRF da 2ª Região, por ter proferido a última decisão de mérito; quanto ao mérito da rescisória, embora a consulta tivesse sido discutida, não teria sido debatida a natureza da consulta respondida ao contribuinte.
h. Estágio do processo	Aguarda julgamento de Recurso Especial.
i. Chance de perda	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A questão envolve potencial responsabilidade civil da União por ter induzido o contribuinte a erro no ambiente de licitação, ao responder consulta no sentido de que as receitas de completamento de chamada no exterior não seriam tributáveis pelo IRPJ.
k. Análise de impacto em caso de perda em processo	Discussão de outros pontos relevantes em sede de embargos à execução fiscal.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos regulatórios:

a) Correção monetária

PROCESSO 2000.34.00.048012-1/2000.34.00.007743-0/2000.34.00.007744-2/2009.01.00.011316-0/2000.34.00.048011-9	
a. Juízo	Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
b. Instância	2ª instância
c. Data da instauração	18/12/2000 - 30/03/2000 - 02/03/2009 - 18/12/2000 (respectivamente)
d. Partes do processo	Pólo Ativo - Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL Pólo Passivo - ATL S/A e TESS S/A (incorporadas pela Claro S.A.)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.865.327
f. Principais Fatos	Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas concessões adquiridas.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisões contrárias às teses da Cia.
h. Estágio do processo	STJ
i. Chance de Perda	Provável
j. Motivo relevante pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos. Se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor em discussão pode aumentar.
k. Análise de Impacto em caso de Perda do Processo	Financeiro

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b) MMDS

PROCESSO 0038088-73.2013.4.01.3400	
a. Juízo	07ª Vara Federal
b. Instância	1ª instância
c. Data da instauração	17/07/2013
d. Partes do processo	Pólo Ativo - Claro S.A. Pólo Passivo - Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$107.957 (<i>capex</i>)
f. Principais Fatos	<p>Em julho de 2013 a Claro ingressou com ação ordinária em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender ilegal o Ato da ANATEL, com o objetivo de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. A Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV – ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das Subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução n.º 544, de 11 de agosto de 2010. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do Ato da Anatel em questão, e posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o Ato da Anatel legal. Por esta razão em 06/01/2014 Claro efetuou o depósito, em dinheiro, a fim de prosseguir com as discussões. Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Devido a impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R\$ 104.673.524,54 (cento e quatro milhões, seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sempre prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo índice do IGP-DI. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do Ato da Anatel em questão, e posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o Ato da Anatel legal. Por esta razão em 06/01/2014 CLARO efetuou o depósito, em dinheiro, a fim de prosseguir com as discussões. Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Durante o ano de 2016, a controlada Claro e algumas empresas parte Ré realizaram acordo pondo fim às disputas objeto da ação judicial em comento. Referidos acordos não implicam em reconhecimento de tese de uma parte à outra, estando os respectivos termos já homologados judicialmente.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisão ainda
h. Estágio do processo	Instrução
i. Chance de Perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido
k. Análise de Impacto em caso de Perda do Processo	Financeiro

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC

PROCESSOS: 0006785-86.2012.4.02.5101 e 1043817-53.2019.4.01.3400	
a. Juízo	1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
b. Instância	2ª Instância
c. Data da instauração	17/05/2012 - 04/04/2013
d. Partes dos processos	Pólo Ativo - Claro S.A. Pólo Ativo - Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Essas causas montam R\$269.115, dos quais R\$47.099 foram classificados como provável e R\$222.016 foram avaliados como possível.
f. Principais Fatos	Trata-se de ações ajuizadas pela Companhia com objetivo de questionar a base de cálculo utilizada pela ANATEL para o pagamento dos ônus bienais devidos pela concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). A ANATEL pretende ampliar a base de cálculo para além das receitas contratualmente previstas, para incluir receitas de interconexão e de serviços adicionais, com o que não concorda a Companhia. Em ambos os casos, foram obtidas medidas liminares suspendendo a exigibilidade das diferenças apontadas pela Companhia. No caso que trata do contrato de concessão firmado em 2005, em abril/2020 foi prolatada sentença julgando procedentes os pedidos da Claro, para determinar que as receitas contestadas não sejam inclusas na base de cálculo para pagamento dos ônus bienais. Já no caso que trata do contrato de concessão firmado em 2011, foi prolatada sentença em maio/2021, igualmente julgando procedentes os pedidos formulados pela Claro e afastando a cobrança de ônus bienais por sobre as parcelas controvertidas. Ambos os casos aguardam julgamento de recurso de apelação interposto pela Anatel.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	1) Processo 0006785-86.2012.4.02.5101 (CT 2005): (i) Sentença de integral procedência, declarando a inexigibilidade das cobranças realizadas decorrentes da inclusão das receitas atacadas; e, (ii) Decisão monocrática em 2ª Instância, reformando a sentença e julgando improcedentes os pedidos. 2) Processo 1043817-53.2019.4.01.3400 (CT 2011): (i) Sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos e afastando a cobrança do ônus contratual por sobre as receitas de interconexão e serviços adicionais prestados a terceiros.
h. Estágio dos processos	1) Processo 0006785-86.2012.4.02.5101 (CT 2005): Foi interposto recurso de Agravo Interno contra a decisão monocrática, que aguarda julgamento pela Turma Recursal. 2) Processo 1043817-53.2019.4.01.3400 (CT 2011): Foram interpostos recursos de Apelação tanto pela Claro quanto pela Anatel, que aguardam julgamento pela Turma Recursal.
i. Chance de Perda	Provável, no que se refere à receita de interconexão no contrato firmado em 2011, e possível, com relação às demais receitas.
j. Motivo pelo qual os processos são considerados relevantes	Além do impacto financeiro já informado, há relevante impacto nas receitas futuras da Companhia, considerando que as ações tratam da base de cálculo sobre pagamento bienal devido à Anatel pela concessão do STFC em Longa Distância Nacional e Internacional.
k. Análise de Impacto em caso de Perda dos Processos	R\$269.115, valor este referente às diferenças entre os valores pago e o cobrado, para os biênios com vencimento em 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019, 2021 e 2023. Haverá impacto, ainda, por sobre os pagamentos a serem efetuados nos biênios com vencimento de 2025 em diante.

4.4 Processos não sigilosos relevantes**Processos cíveis****a) Decreto (SAC)**

PROCESSO 0024558-41.2009.4.01.3400	
a. Juízo	03ª Vara Federal da Justiça Federal do DF
b. Instância	2ª instância
c. Data da instauração	27/07/2009
d. Partes do processo	Polo Ativo - Ministério Público Federal e outros Polo Passivo - Claro S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$301.350
f. Principais fatos	Ação Civil Coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da Claro S.A, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e III da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/08. Em setembro de 2013, primeira instância decidiu contra a CLARO, condenando-a ao pagamento do valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a título de danos morais coletivos. Inconformada com a condenação a Claro apresentou recurso em 16/10/2013, que pendente de julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Primeira instância decidiu contra a Claro, condenando-a ao pagamento do valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a título de danos morais coletivos.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do Tribunal
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Financeiro

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

O valor total provisionado do item 4.4. é de R\$2.638.713 (em milhares de reais) em 31 de dezembro de 2024.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não aplicável, a Companhia e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

(Valores em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Contingências tributárias:

a) ICMS

Dentre as contingências de ICMS, destacamos:

- i. As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingências referentes ao ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2024, essas causas montam R\$2.473.295, dos quais R\$203.343 foram provisionados, ao passo que o valor de R\$191.318 foi considerado de perda remota e o montante remanescente foi classificado como perda possível;
- ii. As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingências referentes a serviços de valor adicionado, preparatórios, suplementares ou conexos aos serviços de telecomunicações. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$1.260.239, do qual foi provisionado o valor de R\$45.173 e o montante remanescente foi classificado como perda possível;
- iii. As controladas Claro e Claro NXT possuem contingências referentes a receitas de locação de equipamentos. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$1.185.721, do qual foi provisionado o valor de R\$10.742, foi considerado de perda remota o valor de R\$1.022.933 e o montante remanescente foi classificado como perda possível;
- iv. As controladas Claro e Americel possuem contingências em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$464.081 e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

b) Taxa de Fiscalização de Instalação (“TFI”), Taxa de Fiscalização de Funcionamento (“TFF”) e Taxa de Fiscalização de Estabelecimento (“TFE”)

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingências referentes ao suposto não recolhimento de TFI, TFF e TFE. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$6.186.813, do qual há provisão no valor de R\$2.348.847, R\$3.835.795 é considerado de perda possível e R\$2.171 foi considerado de perda remota.

c) FUST/FUNTTTEL

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingências referentes à exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$4.278.140, do qual foi provisionado o valor de R\$453.609, ao passo que o montante de R\$128.190 foi considerado de perda remota e o montante remanescente foi classificado como perda possível.

As controladas Claro, Claro NXT e Americel, possuem contingências referentes à exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTTTEL. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$1.874.689 do qual foi provisionado o valor de R\$139, ao passo que o montante de R\$509 foi considerado de perda remota e o montante remanescente foi classificado como perda possível.

4.7 Outras contingências relevantes

d) Glosas de compensação de créditos de IRPJ/ILL e CSLL

As controladas Claro, Nextel e Americel possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de IRPJ, CSLL e ILL, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de saldo/base negativo. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$2.586.338, do qual foi provisionado o valor de R\$31.719, ao passo que o montante de R\$398.825, referente a multas isoladas cuja inconstitucionalidade foi reconhecida em sede de repercussão geral, foi classificado como perda remota e o montante remanescente foi classificado como perda possível.

e) IRPJ/CSLL

A controlada Claro possui contingências referentes a IRPJ e CSLL resultantes da amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$173.880, classificado como perda possível.

f) IRRF/CIDE

Dentre as contingências de IRRF e CIDE, destacamos:

- a. As controladas Claro e Tvsat possuem contingências referentes a remessas efetuadas a título de programação. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$805.182, cuja perda foi classificada como possível;
- ii. A controlada Claro possui contingências referentes a remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Em 31 dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$358.827, cuja perda foi classificada como possível.

g) ISS

As controladas Claro e Claro NXT possuem contingências de ISS, substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas contingências é de R\$610.922, do qual foi provisionado o valor de R\$43.076, ao passo que o montante de R\$567.846 foi classificado como perda possível.

4.7 Outras contingências relevantes

Contingências regulatórias:

a) Processos Administrativos por Descumprimento de Obrigações (PADO's)

Em decorrência de alegado descumprimento de metas estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativamente, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2024 um valor de perda total de R\$1.504.153, dos quais R\$49.026 classificados como perda provável, R\$1.455.127 classificados como perda possível.

b) Ações Judiciais - PADO

A Companhia e suas controladas possuem contingências decorrentes de ações judiciais ajuizadas para anulação de multas aplicadas pela ANATEL, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2024 um valor de perda total de R\$1.654.460, dos quais R\$349.196 classificados como perda provável, R\$1.304.444 classificados como perda possível e R\$820 classificados como perda remota.

Contingências cíveis:

a) Ações Cíveis Públicas

A Companhia e suas controladas possuem contingências decorrentes de ações cíveis públicas ajuizadas pelo Ministério Público e outras entidades competentes, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2024 um valor de perda total de R\$434.231, dos quais R\$192.657 classificados como perda provável, R\$239.913 classificados como perda possível e R\$1.661 classificados como perda remota.

b) Ações Indenizatórias

A Companhia e suas controladas possuem contingências decorrentes de ações judiciais em que litiga com parceiros e representantes comerciais, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2024 um valor de perda total de R\$1.229.950, dos quais R\$284.665 classificados como perda provável, R\$701.052 classificados como perda possível e R\$244.233 classificados como perda remota.

c) Processos Diversos

A Companhia e suas controladas possuem contingências decorrentes de ações judiciais diversas, tais como questões imobiliárias, multas consumeristas, disputas de Direito de Passagem, dentre outros temas, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2024 um valor de perda total de R\$2.367.462, dos quais R\$447.404 classificados como perda provável, R\$1.775.022 classificados como perda possível e R\$145.036 classificados como perda remota.

4.7 Outras contingências relevantes

Contingências consumidor:

A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$1.562.651, sendo R\$63.904 considerado como perda provável, R\$487.634 como possível e R\$1.011.113 como remoto.

Contingências ambientais:

A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza ambiental. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$461.020, sendo R\$8.825 considerado como perda provável, R\$178.559 como possível e R\$273.636 como remoto.

Contingências trabalhistas:

A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza trabalhista. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$6.705.482 sendo R\$811.229 considerado como perda provável, R\$580.468 como possível e R\$5.313.785 como remoto.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Política de Gestão de Riscos Corporativos foi revisada em 24 de setembro de 2024, por:

- Gerência de Governança & Compliance;
- Diretoria de Gestão de Riscos Empresariais;
- Diretoria de Controladoria;
- Vice-Presidência de Finanças; e
- Presidência

- b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo**

i. Os riscos para os quais se busca proteção

Definir princípios para a Gestão de Riscos da Empresa, a fim de assegurar que os riscos inerentes às suas atividades sejam identificados, avaliados, tratados, monitorados e comunicados, tanto no âmbito estratégico quanto no operacional, avaliando incertezas futuras a tempo de tomar decisões adequadas e obter melhores benefícios.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

Utilização de Padrões e Metodologias Reconhecidos pelo Mercado: Com um modelo baseado em padrões e metodologias formalizados e disseminados no mercado, a estrutura da Gestão de Riscos Corporativos é capaz de se adequar às estratégias, iniciativas e estrutura organizacional, além de atender às exigências dos setores de atuação e dos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Utilização das Melhores Informações Disponíveis: As entradas para o processo de gestão de riscos são baseadas em fontes de informação, tais como históricos, experiências, retroalimentação das partes interessadas, observações, previsões e opiniões de especialistas. Entretanto, convém que os tomadores de decisão se informem e levem em consideração quaisquer limitações dos dados ou modelagem utilizados, ou a possibilidade de divergências entre especialistas.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é formada pelo Comitê de Riscos, Comitê de Auditoria da América Móvil, Diretoria de Gestão de Riscos Empresariais, Auditoria Interna e Diretoria de Controladoria. O processo decisório estabelece formalmente a identificação, avaliação e tratamentos dos riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Comitê de Riscos, Comitê de Auditoria da América Móvil, Diretoria de Gestão de Riscos Empresariais, Auditoria Interna e Diretoria de Controladoria monitoram periodicamente os riscos e os controles, estabelecendo planos de ação para cada situação não conforme encontrada. A Diretoria de Gestão de Riscos Empresariais é responsável pela governança do processo.

O Modelo de Gestão de Riscos é baseado na metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e na norma ISO 31000, que prevê o alinhamento da Gestão de Riscos com a estratégia da Companhia, facilitando a priorização e o desenvolvimento de ações coordenadas frente aos riscos identificados.

5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração estabeleceu um processo de avaliação de controles internos com a aplicação de metodologia de mapeamento de processos e avaliação de riscos, de acordo com os critérios emitidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, com identificação dos controles chaves aplicáveis à mitigação dos riscos que afetam a capacidade da empresa de autorizar, registrar, processar e divulgar informações relevantes às demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, bem como riscos que afetem processos operacionais relevantes.

No ambiente Tecnológico, a Companhia adota as melhores práticas em concordância com as instruções emitidas pelo COBIT (*Control Objectives for Information and related Technology*), os padrões ISO/IEC 38500 e ISO/IEC 27001 e o ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*).

A Administração da Companhia avaliou a eficácia dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras por meio de processos desenvolvidos para fornecer conforto razoável em relação à operação, divulgação e conformidade da demonstração financeira.

No encerramento do exercício, tomando por base testes executados pela Administração e pela Auditoria Externa durante todo o período, não foram identificadas deficiências relevantes na execução dos controles.

Durante o exercício, quando identificadas quaisquer falhas na execução de controles, estas são discutidas com os responsáveis e planos de ação são estabelecidos para garantir sua correta execução até o encerramento do exercício.

A Administração entende que a metodologia de mapeamento de processos e avaliação de riscos utilizada é adequada para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade de seus controles internos.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

A Vice-presidência Financeira, através da Gerência de Controles Internos, lidera o processo de avaliação dos controles internos com a aplicação da metodologia adotada de mapeamento de processos e avaliação de riscos através da identificação, revisão e monitoramento contínuo dos controles chaves aplicáveis à mitigação dos riscos.

A Diretoria de Auditoria Interna e a Auditoria Externa desenvolvem avaliações complementares para identificação dos riscos e realizam testes nos controles considerados chaves para os processos.

As áreas da Companhia, sejam no âmbito de negócios ou de tecnologia, são responsáveis pela execução adequada e tempestiva dos seus controles, definir e implementar planos de ação para mitigar riscos identificados em seus processos, bem como informar à Gerência de Controles Internos sempre que houver mudanças de desenho em seus processos e controles.

5.2 Descrição dos controles internos

c. Se, e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Auditoria Interna, sob o comando do Diretor de Auditoria ligado ao Presidente, e a Auditoria Externa desenvolvem avaliações complementares de avaliação dos riscos e realizam testes nos controles considerados chaves para os processos. Os resultados são apresentados ao Diretor de Controladoria, Vice-Presidente Financeiro, Vice-Presidente de Engenharia e Tecnologia da Informação e ao Presidente e submetidos ao Comitê de Auditoria do controlador.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram apresentadas pelos auditores independentes em seu relatório final referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, deficiências significativas ou materiais a respeito da eficácia dos controles internos.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Administração recebeu e revisou os resultados apresentados pelos auditores independentes referentes à avaliação dos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras. Não foram apresentadas pelos auditores independentes em seu relatório final, deficiências significativas ou materiais a respeito da eficácia dos controles internos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

5.3 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. **Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**
 - i. **Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia possui regras e instrumentos para garantir a integridade de suas ações e informações financeiras, tais como: o Código de Ética, aderido pelos colaboradores e fornecedores, Política de Alçadas, Práticas Contábeis, Política Anticorrupção e Cláusulas Contratuais específicas sobre as Leis Brasileira e Americana Anticorrupção, Além de outros normativos relacionados ao sistema de *compliance* da Companhia, que visa prevenir, detectar e corrigir possíveis desvios.

Os riscos são revistos anualmente e os normativos em até 18 meses.

São aplicados processos de *due diligence* e monitoramentos visando a manutenção de uma rede de partes interessadas aderentes aos princípios esperados pela empresa. Além disso, área de auditoria possui plano anual de verificações e avaliações dos processos relevantes.

- ii. **As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Companhia possui uma Diretoria de Controladoria com a responsabilidade de estabelecer e manter os Controles Internos funcionais, bem como uma gerência de Governança & *Compliance* visando a adequada execução das atividades primordiais relativas à integridade.

As áreas da Companhia são caracterizadas por suas responsabilidades conforme estrutura hierárquica vigente e diretorias estatutárias estabelecidas pelo Conselho de Administração.

A Gerência de Governança & *Compliance* ainda se reporta matricialmente para a estrutura de integridade do controlador (América Móvil), promovendo um alinhamento entre as práticas necessárias.

- iii. **Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:**

A Companhia possui código de ética aplicável a todos os colaboradores, Alta Direção e terceiros.

Todos os colaboradores fazem treinamento periódico e aceitam, formalmente, o código de ética da empresa e os princípios estabelecidos.

5.3 Programa de integridade

Os contratos da Companhia junto a seus fornecedores possuem cláusulas contratuais específicas quanto à abrangência e aplicação do código de ética.

A Companhia possui um comitê de ética onde são avaliadas as denúncias e ações dos colaboradores e terceiros. Com base nas investigações, são aplicadas as sanções cabíveis à cada situação, bem como implementadas melhorias de processos e controles.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:**

A Companhia possui normativos específicos que regem o funcionamento do comitê de ética, bem como as sanções aplicáveis a cada situação de denúncia procedente investigada.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O código de ética é estabelecido pelo controlador (América Móvil) e informado a todas as empresas do grupo para aderência, treinamento e aplicação.

O código de ética está disponibilizado no link conforme abaixo:

<https://claropar.com.br/governanca-corporativa/codigo-de-etica/>

- b. **Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- i. **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno, pela área de *Compliance*.

Link do portal: <https://denuncias.americamovil.com/>

- ii. **Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal é aberto a terceiros também, e qualquer pessoa ou empresa pode acessar o portal e abrir uma denúncia.

- iii. **Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Sim, as denúncias podem ser anônimas e a proteção aos denunciante de boa-fé são garantidas.

- iv. **Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Gerência de Governança & *Compliance* é a responsável pela gestão do canal de denúncias, e a execução das investigações é conduzida pelas áreas de Auditoria Interna, Antifraude ou Recursos Humanos.

- c. **Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.**

5.3 Programa de integridade

Não houve casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra administração pública.

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Vide item 5.3 – a

5.4 Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e resultados das suas operações de forma adversa. Através de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho, monitoramos constantemente mudanças no cenário macroeconômico do Brasil e do mundo, do setor ao qual pertencemos e das demandas de nossos clientes, que possam influenciar nossas atividades de oferta de nossos serviços. Possuímos elevado grau de controle sob nossos fornecedores visando evitar qualquer tipo de efeito adverso nas nossas atividades. Adotamos política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. As ações mitigatórias estão em curso e os indicadores externos e internos estão sendo monitorados diariamente.

5.5 Outras informações relevantes

Não aplicável, pois não existem outras informações relevantes sobre o item.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov I S. A. de C.V.						
09.079.673/0001-53	México	Não	Sim	14/06/2024		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
251.307.342.890	100,000	0	0,000	251.307.342.890	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	21/11/2014		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
251.307.342.891	100,000	0	0,000	251.307.342.891	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov I S. A. de C.V.				09.079.673/0001-53		
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	16/11/2007		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física	416.047.507-82		
1	0,002	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sercotel S.A. de C.V.						
05.718.941/0001-89	México	Não	Sim	31/03/2025		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física	416.047.507-82		
49.999	99,998	33.254.089.711	100,000	33.254.139.710	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov I S. A. de C.V.				09.079.673/0001-53		
50.000	100,000	33.254.089.711	100,000	33.254.139.711	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
Radiomóvil Dipsa, S.A. de C.V.						
	México	Não	Não	31/03/2011		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,002	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sercotel S.A. de C.V.						
05.718.941/0001-89	México	Não	Sim	27/02/2019		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
49.999	99,998	988.453.827	100,000	988.503.826	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
50.000	100,000	988.453.827	100,000	988.503.827	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
Radiomóvil Dipsa, S.A. de C.V.						
	México	Não	Não	31/03/2011		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,002	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sercotel S.A. de C.V.						
05.718.941/0001-89	México	Não	Sim	27/02/2019		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
49.999	99,998	988.453.827	100,000	988.503.826	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
50.000	100,000	988.453.827	100,000	988.503.827	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
América Móvil, S.A.B de C.V.						
13.055.584/0001-44	México	Não	Sim	30/04/2024		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
104.999.999	100,000	130.428.303.418	100,000	130.533.303.417	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	31/03/2023		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,000	435	0,000	436	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
105.000.000	100,000	130.428.303.853	100,000	130.533.303.853	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
América Móvil, S.A.B de C.V.						
13.055.584/0001-44	México	Não	Sim	30/04/2024		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
104.999.999	100,000	130.428.303.418	100,000	130.533.303.417	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	31/03/2023		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,000	435	0,000	436	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
105.000.000	100,000	130.428.303.853	100,000	130.533.303.853	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
Radiomóvil Dipsa, S.A. de C.V.						
	México	Não	Não	31/03/2011		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física	416.047.507-82		
1	0,002	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sercotel S.A. de C.V.						
05.718.941/0001-89	México	Não	Sim	27/02/2019		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física	416.047.507-82		
49.999	99,998	988.453.827	100,000	988.503.826	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
50.000	100,000	988.453.827	100,000	988.503.827	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
América Móvil, S.A.B de C.V.						
13.055.584/0001-44	México	Não	Sim	30/04/2024		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
104.999.999	100,000	130.428.303.418	100,000	130.533.303.417	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	31/03/2023		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,000	435	0,000	436	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
105.000.000	100,000	130.428.303.853	100,000	130.533.303.853	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
América Móvil, S.A.B de C.V.				13.055.584/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	
TOTAL						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
América Móvil, S.A.B de C.V.				13.055.584/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	
TOTAL						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
Radiomóvil Dipsa, S.A.						
	México	Não	Não	31/03/2011		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,002	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sercotel S.A. de C.V.						
05.718.941/0001-89	México	Não	Sim	27/02/2019		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
49.999	99,998	988.453.827	100,000	988.503.826	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
50.000	100,000	988.453.827	100,000	988.503.827	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Radiomóvil Dipsa, S.A. de C.V.						
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	01/07/2014		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,500	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sercotel S.A. de C.V.						
05.718.941/0001-89	México	Não	Sim	30/04/2022		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
199	99,500	58.574.606.909	100,000	58.574.607.108	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Radiomóvil Dipsa, S.A. de C.V.						
200	100,000	58.574.606.909	100,000	58.574.607.109	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
América Móvil, S.A.B de C.V.						
13.055.584/0001-44	México	Não	Sim	30/04/2024		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
104.999.999	100,000	130.428.303.418	100,000	130.533.303.417	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	31/03/2023		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,000	435	0,000	436	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
105.000.000	100,000	130.428.303.853	100,000	130.533.303.853	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
América Móvil, S.A.B de C.V.				13.055.584/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	
TOTAL						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Radiomóvil Dipsa, S.A.						
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	27/06/2014		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física	416.047.507-82		
1	0,500	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sercotel S.A. de C.V.						
05.718.941/0001-89	México	Não	Sim	30/04/2022		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física	416.047.507-82		
199	99,500	58.574.606.909	100,000	58.574.607.108	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Radiomóvil Dipsa, S.A.						
200	100,000	58.574.606.909	100,000	58.574.607.109	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
América Móvil, S.A.B de C.V.						
13.055.584/0001-44	México	Não	Sim	30/04/2024		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
104.999.999	100,000	130.428.303.418	100,000	130.533.303.417	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	31/03/2023		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,000	435	0,000	436	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
105.000.000	100,000	130.428.303.853	100,000	130.533.303.853	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
América Móvil, S.A.B de C.V.						
13.055.584/0001-44	México	Não	Sim	30/04/2024		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
104.999.999	100,000	130.428.303.418	100,000	130.533.303.417	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	31/03/2023		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,000	435	0,000	436	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
105.000.000	100,000	130.428.303.853	100,000	130.533.303.853	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
América Móvil, S.A.B de C.V.				13.055.584/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	
TOTAL						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
Radiomóvil Dipsa, S.A.						
	México	Não	Não	31/03/2011		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física	416.047.507-82		
1	0,002	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sercotel S.A. de C.V.						
05.718.941/0001-89	México	Não	Sim	27/02/2019		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física	416.047.507-82		
49.999	99,998	988.453.827	100,000	988.503.826	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
50.000	100,000	988.453.827	100,000	988.503.827	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
Radiomóvil Dipsa, S.A.						
	México	Não	Não	31/03/2011		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,002	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sercotel S.A. de C.V.						
05.718.941/0001-89	México	Não	Sim	27/02/2019		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
49.999	99,998	988.453.827	100,000	988.503.826	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
50.000	100,000	988.453.827	100,000	988.503.827	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
América Móvil, S.A.B de C.V.						
13.055.584/0001-44	México	Não	Sim	30/04/2024		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
104.999.999	100,000	130.428.303.418	100,000	130.533.303.417	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	31/03/2023		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,000	435	0,000	436	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
105.000.000	100,000	130.428.303.853	100,000	130.533.303.853	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
América Móvil, S.A.B de C.V.				13.055.584/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	
TOTAL						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
América Móvil, S.A.B de C.V.				13.055.584/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	
TOTAL						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Radiomóvil Dipsa, S.A.						
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	27/06/2014		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,500	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sercotel S.A. de C.V.						
05.718.941/0001-89	México	Não	Sim	31/03/2022		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
199	99,500	58.574.606.909	100,000	58.574.607.108	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Radiomóvil Dipsa, S.A.						
200	100,000	58.574.606.909	100,000	58.574.607.109	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
América Móvil, S.A.B de C.V.						
13.055.584/0001-44	México	Não	Sim	30/04/2024		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
104.999.999	100,000	130.428.303.418	100,000	130.533.303.417	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	31/03/2023		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,000	435	0,000	436	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
105.000.000	100,000	130.428.303.853	100,000	130.533.303.853	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
América Móvil, S.A.B de C.V.						
13.055.584/0001-44	México	Não	Sim	30/04/2024		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
104.999.999	100,000	130.428.303.418	100,000	130.533.303.417	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	31/03/2023		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,000	435	0,000	436	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
105.000.000	100,000	130.428.303.853	100,000	130.533.303.853	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
América Móvil, S.A.B de C.V.				13.055.584/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	
TOTAL						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
Radiomóvil Dipsa, S.A.						
	México	Não	Não	31/03/2011		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,002	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sercotel S.A. de C.V.						
05.718.941/0001-89	México	Não	Sim	27/02/2019		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
49.999	99,998	988.453.827	100,000	988.503.826	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Amov IV, S.A. de C.V.				07.127.500/0001-38		
50.000	100,000	988.453.827	100,000	988.503.827	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
América Móvil, S.A.B de C.V.						
13.055.584/0001-44	México	Não	Sim	30/04/2024		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
104.999.999	100,000	130.428.303.418	100,000	130.533.303.417	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	31/03/2023		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,000	435	0,000	436	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
105.000.000	100,000	130.428.303.853	100,000	130.533.303.853	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
América Móvil, S.A.B de C.V.				13.055.584/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	
TOTAL						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
América Móvil, S.A.B de C.V.				13.055.584/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	
TOTAL						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
América Móvil, S.A.B de C.V.						
13.055.584/0001-44	México	Não	Sim	30/04/2024		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
104.999.999	100,000	130.428.303.418	100,000	130.533.303.417	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Amov IV, S.A. de C.V.						
07.127.500/0001-38	México	Não	Não	31/03/2023		
Sim	ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA		Física		416.047.507-82	
1	0,000	435	0,000	436	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sercotel S.A. de C.V.				05.718.941/0001-89		
105.000.000	100,000	130.428.303.853	100,000	130.533.303.853	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
América Móvil, S.A.B de C.V.				13.055.584/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	
TOTAL						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
América Móvil, S.A.B de C.V.				13.055.584/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	
TOTAL						
60.740.415.384	100,000	0	0,000	60.740.415.384	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	22/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	2
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

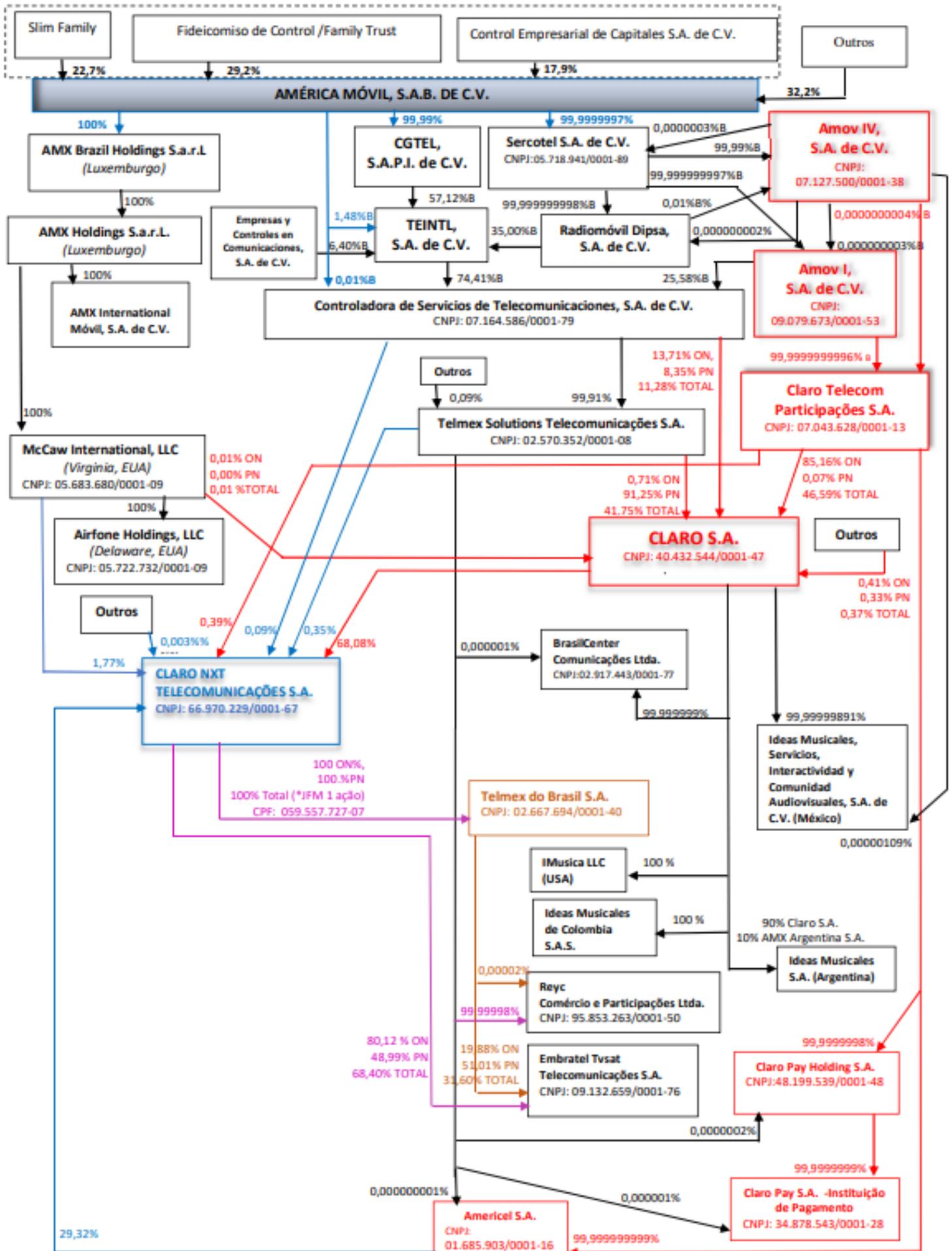
Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
------------------------------	---	-----------

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Americe1 S.A.	01.685.903/0001-16	100
Claro NXT Telecomunicações S.A.	66.970.229/0001-67	0,39
CLARO PAY HOLDING S.A.	48.199.539/0001-48	100
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47	46,58

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



Obs.: América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil") é uma sociedade de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa Mexicana de Valores (BMV) e Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange - NYSE) organizada e existente de acordo com as leis do México. (ORGANOGRAMA GERAL 30/04/2025)

6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

i. Assembleia geral

É o órgão superior da Companhia com poderes para deliberar acerca das matérias previstas na Lei 6.404/76 (a "**LSA**"), conforme previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia (o "**Estatuto Social**").

ii. Conselho de administração

É o órgão de deliberação colegiada, com poderes para exercer a administração superior da Companhia e cujas competências são aquelas previstas na Lei n.º 6.404/76 e no Estatuto Social:

- a) Eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar de sua remuneração individual, observado o limite global fixado pela Assembleia Geral;
- b) Detalhar as funções, atribuições e limites de alçada dos membros da Diretoria, não especificados neste Estatuto;
- c) Aprovar a política geral de cargos e salários, nos termos da proposta apresentada pela Diretoria de Recursos Humanos;
- d) Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- e) Estabelecer as políticas da Companhia referentes aos controles financeiros;
- f) Aprovar os planos de negócios, planos quinquenais estratégicos, orçamentos, inclusive de capital, bem como o plano de negócios da Companhia, e suas alterações;
- g) Aprovar as demonstrações financeiras para fins de submissão à Assembleia Geral e de proposta para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, relativos a períodos menores que o anual, observadas as disposições legais;
- h) Definir os níveis máximos de endividamento da Companhia;
- i) Aprovar a realização de investimentos e despesas de capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração;
- j) Deliberar quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Companhia, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor;
- k) Aprovar a aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Companhia;
- l) Aprovar a constituição, pela Companhia, de outras pessoas jurídicas;
- m) Aprovar a participação da Companhia em consórcios e associações;
- n) Aprovar operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior ao montante em reais correspondente a USD 3.000.000,00 (três milhões de dólares) por operação ou série de operações correlatas por evento, exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Companhia e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Companhia, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- o) Aprovar a aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em valor igual ou superior ao montante em reais correspondente a USD 8.000.000,00 (oito milhões de dólares) por operação ou série de operações correlatas por evento;
- p) Aprovar a alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente e/ou direitos em valor igual ou superior ao montante em reais correspondente a USD 8.000.000,00 (oito milhões de dólares) por operação ou série de operações correlatas por evento;
- q) Aprovar a assinatura pela Diretoria e/ou por procuradores autorizados, de qualquer contrato, ou série de contratos correlatos por evento, em valor igual ou superior ao montante em reais correspondente a USD 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), sendo certo que a aprovação pelo Conselho de Administração não será necessária nas operações envolvendo a aquisição de bens móveis e equipamentos dentro dos limites do orçamento anual já aprovado por este órgão;
- r) Aprovar a celebração de qualquer contrato, independentemente do valor envolvido, sempre que nele seja parte acionista ou administrador da Companhia, ou pessoa jurídica ou entidade controlada com que o acionista ou administrador mantenha ou tenha mantido vínculo contratual ou societário, exceto pelo disposto na letra *n* acima;
- s) Aprovar a concessão de avais ou fianças, a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, a efetivação de doações e a prática de quaisquer atos gratuitos, em valores que excederem à R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), exceção feita à prestação, pela Companhia, em favor de seus empregados transferidos por motivo de trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada;
- t) Aprovar a realização de transações judiciais em valor igual ou superior ao montante em Reais correspondente a USD 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), por operação ou série de operações correlatas por evento;
- u) Autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes;
- v) Aprovar da emissão de debêntures não conversíveis em ações, e, até o limite do capital autorizado, aprovação da emissão de debêntures conversíveis em ações; e
- w) Aprovar da emissão de notas promissórias (*Commercial Paper*).

iii. Diretoria

É o órgão executivo responsável pela administração e gerência dos negócios da Companhia, atuando cada um de seus membros segundo as respectivas competências estabelecidos na LSA e no Estatuto Social, com as seguintes competências gerais:

- a) Cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- b) Anualmente, traçar o plano de atividades da Companhia para implementação do plano de negócios;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- c) Aprovar a abertura e o fechamento de filiais, escritórios, agências e representações da Companhia, no Brasil e no exterior, na forma do artigo 2º, parágrafo único, deste Estatuto Social;
- d) Autorizar a emissão, subscrição, endosso e aval de toda classe de títulos de crédito, e constituir garantias reais e pessoais e qualquer espécie de ônus ou gravame para garantir as obrigações da Companhia, no curso normal de seus negócios, em valor igual ou superior ao montante em reais correspondente a USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares) e inferior ao montante em Reais correspondente a USD 3.000.000,00 (três milhões de dólares), por operação ou série de operações correlatas por evento;
- e) Autorizar a celebração, alteração ou rescisão de contratos, no curso normal de seus negócios, em valor igual ou superior ao montante em Reais correspondente a USD 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil dólares) e inferior ao montante em reais correspondente a USD 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), por operação ou série de operações correlatas por evento;
- f) Aprovar operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior ao montante em Reais correspondente a USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares) e inferior ao montante em reais correspondente a USD 3.000.000,00 (três milhões de dólares), por operação ou série de operações correlatas por evento exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Companhia e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Companhia, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia da Diretoria;
- g) Autorizar a aquisição de bens, móveis ou imóveis e/ou de direitos, em valor igual ou superior ao montante em Reais correspondente a USD 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil dólares) e inferior ao montante em reais correspondente a USD 8.000.000,00 (oito milhões de dólares), por operação ou série de operações correlatas por evento;
- h) Autorizar a alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência, ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente e/ou de direitos, em valor igual ou superior ao montante em Reais correspondente a USD 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil dólares) e inferior ao montante em reais correspondente a USD 8.000.000,00 (oito milhões de dólares), por operação ou série de operações correlatas por evento; e
- i) Aprovar a realização de transações judiciais em valor igual ou superior ao montante em Reais correspondente a USD 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil dólares) e inferior ao montante em reais correspondente a USD 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), por operação ou série de operações correlatas por evento.

iv. Comitês

São os órgãos constituídos para assessoramento dos administradores em tarefas específicas ou atividades genéricas de interesse da Companhia, podendo ser técnico ou consultivo. A Companhia não possui comitê estatutários, e, conseqüentemente, não há membros nomeados ou regimento interno.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

v. Conselho Fiscal

É órgão de fiscalização de funcionamento não permanente com atribuições previstas na LSA. O emissor não possui Conselho Fiscal instalado, e, conseqüentemente, não possui membros nomeados. Ainda, o Conselho Fiscal não possui regimento interno.

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

O emissor não possui políticas de indicação e preenchimento de cargos dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. A periodicidade das avaliações e sua abrangência

ii. Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

iii. Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

O emissor não possui mecanismos de avaliação dos membros dos seus órgãos de administração e do conselho fiscal.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota regras específicas para a identificação e administração de conflitos de interesse, por entender que os dispositivos previstos na LSA e regulamentação aplicável são eficientes e compreensivos o suficiente na previsão da metodologia e tratamento da solução de conflitos.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

O Conselho de Administração e Diretoria da Companhia são compostos por 3 (três) membros cada, perfazendo o total de 6 (seis) membros. Todos os membros são do gênero masculino.

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

O Conselho de Administração e Diretoria da Companhia são compostos por 3 (três) membros cada, perfazendo o total de 6 (seis) membros. Todos os membros são da raça branca.

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não identifica atributos de diversidade relevantes a serem abordados para fins do presente item.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

O emissor não possui objetivos específicos sobre o tema em vidência em relação aos seus órgãos de administração e Conselho Fiscal, sendo que o emissor não possui Conselho Fiscal instalado.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Dentro das competências variadas estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração a avaliação e deliberação de investimentos e despesas de capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual, além da aprovação dos planos de negócio; enquanto que cabe a Diretoria cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecidos pelo Conselho de Administração, além de anualmente, traçar o plano de atividades da Companhia para implementação do plano de negócios.

A empresa possui uma Diretoria (não estatutária) de Riscos Empresariais, responsável por tratar dos principais riscos corporativos, e por uma Diretoria (não estatutária) de Controladoria responsável por tratar dos temas de Controles Internos/SOX e *Compliance*, a qual realiza a gestão dos controles que mitigam os riscos que a Companhia está exposta e realiza reportes aos órgãos da administração sobre tais temas.

No dicionário de riscos corporativos da empresa estão Clima, ASG, *Compliance*, entre outros. Os riscos possuem responsáveis e planos de ação para seu tratamento. O Comitê de Riscos, comitê não estatutário formado pelos principais executivos, acompanha a evolução trimestralmente, de todos os riscos. O risco ASG é tratado através de um programa de iniciativas e projetos, com participação do Instituto Claro, alinhados com a América Móvil e aderente o Pacto Global, das Nações Unidas. Há um Comitê de Sustentabilidade, não estatutário, acompanhando o programa.

Os membros da administração José Antônio Guaraldi Félix (Diretor Presidente) e Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho (Membro Titular do Conselho de Administração) participam do Instituto Claro, o qual atua nos pilares de ASG. O Instituto Claro atua continuamente em ações relacionadas à Educação e à Cidadania, trabalhando em prol dos clientes, das pessoas, da sustentabilidade, da inovação, com honestidade e transparência e contribuindo para a reputação da identidade do Grupo Claro, além de fomentar a inovação, o empreendedorismo e investimos em cidadania por meio de projetos voltados para o desenvolvimento humano, ambiental e social.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
TOTAL = 6	0	6	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
TOTAL = 6	0	6	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	0	6	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A Diretoria (estatutária) da Companhia.

b. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Anualmente representantes dos auditores externos se reúnem com alguns Diretores da Companhia para discutir o desempenho dos trabalhos realizados da auditoria independente na revisão das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não possui política de contratação de serviços extra-auditoria, mas casos específicos são avaliados pela Diretoria Financeira, Controladoria e Auditoria Interna, cuidando que não impacte a independência do auditor independente e posteriormente se envia para avaliação e aprovação do Comitê de Auditoria da América Móvil.

c. Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia possui um canal de denúncias onde são tratadas qualquer tipo de situação as quais são tratadas pelo Comitê de Ética, sendo informado o resultado ao Comitê de Ética da América Móvil, o endereço do canal é <https://denuncias.americamovil.com>

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO **CPF:** 276.546.358-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado e Economista **Data de Nascimento:** 06/02/1972

Experiência Profissional: Brasileiro, advogado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e graduado em Economia pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP-SP). Possui especialização em Direito Público pela Sociedade Brasileira de Direito Público, tendo realizado diversos cursos de extensão no Brasil e no exterior. Atuou como Diretor Executivo da Embratel, responsável pelas áreas Jurídica, Regulatória, Institucional desde 2004, acumulando a responsabilidade sobre a área de Recursos Humanos desde 2009 até 2015. Em 2010 acumulou as áreas Jurídica e Regulatória da Claro S.A. É Vice-Presidente do Conselho Curador do Instituto CLARO. Membro dos seguintes Conselhos de Administração: Embratel/Embrapar (2007-2014), Net Serviços S.A. (2005 - 2014), Star One S.A. (2004-2018), Claro S.A. (2014-2015), Claro Participações (desde 2014), ACEL (desde 2013). Também participou do Conselho da TELEBRASIL e da Diretoria Jurídico Institucional da FEBRATEL.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	04/06/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX **CPF:** 140.448.620-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 30/12/1954

Experiência Profissional: Brasileiro, graduado em Engenharia Eletrônica com ênfase em telecomunicações pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), possui especializações em Gestão adquiridas em instituições como INSEAD, Kellogg School of Management e Fundação Dom Cabral. De janeiro de 2008 até a fusão com a Claro S.A., 2014, ocupou o cargo de Chief Executive Officer (CEO) e membro do Conselho de Administração da NET Serviços, a maior empresa de serviços de Telecomunicações e entretenimento via cabo da América Latina. Antes de assumir o cargo de CEO, foi Chief Operating Officer (COO) da NET Serviços, de maio de 2003 até janeiro de 2008. De 1990 até 2003, exerceu diferentes funções na NET Sul, iniciando sua carreira na empresa como Diretor de Tecnologia e alcançando a posição de Diretor Geral, liderando 16 operações no Sul do Brasil. Entre 1980 e 1990, ocupou diversas posições de liderança executiva na Rede Brasil Sul de Comunicações. Iniciou sua carreira profissional na Rádio e TV Difusora de Porto Alegre, atual Rádio e TV Bandeirantes.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	05/06/2023	3 anos	Diretor Presidente / Superintendente		05/06/2023		06/06/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ **CPF:** 059.557.727-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 10/10/1958

Experiência Profissional: Brasileiro naturalizado, formado em Engenharia pela Universidad La Salle e Pós-graduado em Direção de Empresas pelo Instituto Panamericano de Alta Dirección de Empresas, no México. Detém diplomas de diversos cursos de especialização em universidades no exterior, incluindo Harvard e IESE. A partir de 2004, José Formoso desempenhou um papel fundamental na aquisição da Embratel pela Telmex, e desde então acumulou a posição de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Embratel Participações S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – Embratel, Presidente da Embratel Participações S.A. e Vice-Presidente da Embratel Participações S.A., Presidente e Diretor Geral da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A – Embratel até a fusão com a Claro S.A. em 2014. Dentro das representações setoriais, acumula os cargos de Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular (SINDITELEBRASIL), Presidente da Federação Brasileira de Telecomunicações (FEBRATEL), além de ser membro do Conselho Consultivo da Bimbo do Brasil e membro do Conselho Consultivo da American Chamber of Commerce for Brazil – AMCHAM. Antes de ingressar na Embratel, Formoso ocupou cargos estratégicos, como Vice-Presidente da Telmex América Latina, Presidente da Telecom El Salvador, Gerente Geral da PCS Nicarágua, Presidente da Telgua SA, (Guatemala), Gerente Geral da Cablevisión (México), Gerente de Operações e Gerente de Negócios da ConduMex (México).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	05/06/2023	3 anos	Outros Diretores	Diretor	05/06/2023		06/06/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome OSCAR VON HAUSKE SOLIS **CPF:** 000.000.000-00 **Passaporte:** N08243552 **Nacionalidade:** México **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 01/09/1957

Experiência Profissional: • Ex-Membro do Conselho de Administração da Embratel Participações S.A. • Ex-Membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A – Embratel • Ex-Presidente do Conselho de Administração da NET Serviços de Comunicação S.A. • Membro do Conselho de Administração da Claro S.A. • Membro do Conselho de Administração da Telmex Solutions Telecomunicações S.A. • Membro do Conselho de Administração da América Móvil, S.A.B. de C.V. • Membro Suplente do Conselho de Administração da Teléfonos de México S.A de C.V. • Membro do Conselho de Administração (Supervisory Board) da Telekom Austria, AG • Diretor Geral da Telmex Internacional, S.A. de C.V. • Ex-Diretor Corporativo de Sistemas e Processos da Teléfonos de México S.A de C.V. Formação Acadêmica: • Mestre em Administração pelo ITAM (México) • Contador Público pela Escuela Bancaria y Comercial (México) • Collegiate Entrepreneurs Organization (CEO) pela Kellogg School of Management at Northwestern University (Estados Unidos)

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	3 anos	Presidente do Conselho de Administração		28/04/2023	Sim	04/06/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ROBERTO CATALÃO CARDOSO **CPF:** 952.915.807-63 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 25/05/1968

Experiência Profissional: Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduado em Finanças Corporativas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo realizado diversos cursos de extensão no Brasil e no exterior. Atua no grupo desde meados de 2003, tendo ocupado cargo de Diretor Executivo Financeiro da NET Serviços de Comunicação S.A. de agosto de 2010 a 2014, quando esta foi incorporada à Claro S.A. Anteriormente, trabalhou por um período de sete anos na Embratel, onde ocupou nos últimos anos cargos de Diretor de Controladoria e de Diretor Tributário. Por treze anos trabalhou em grandes firmas internacionais de auditoria e consultoria, tendo como último cargo ocupado Gerente Sênior de Auditoria. Iniciou carreira em instituições financeiras no Brasil (Banco Chase Manhattan e extinto Banco Nacional), segmento em que permaneceu por quase quatro anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	05/06/2023	3 anos	Diretor de Relações com Investidores		05/06/2023		01/06/2015
Conselho de Administração	28/04/2023	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	01/06/2015

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Comitês não permanentes e não instalados.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2024Administrador do Emissor

ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Direta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
Diretor Executivo Administrativo e Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Direta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

AMERICEL S.A.	01.685.903/0001-16		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

BRASILCENTER COMUNICAÇÕES LTDA.	02.917.443/0001-77		
Administrador não sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
REYC COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	95.853.263/0001-50		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Direta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CLARO PAY HOLDING S.A.	48.199.539/0001-48		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CLARO PAY S.A. – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO	34.878.543/0001-28		
Diretor de Contas de Pagamento	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A.	09.132.659/0001-76		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TELMEX DO BRASIL S.A.	02.667.694/0001-40		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.	66.970.229/0001-67		
Diretor Executivo Administrativo e Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO	276.546.358-18	Controle	Controlada Direta
Membro Titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
Diretor Executivo Jurídico e Regulatório	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO	276.546.358-18	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.	66.970.229/0001-67		
Diretor Executivo Jurídico e Regulatório	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX	140.448.620-87	Controle	Controlada Direta
Diretor presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
Diretor Presidente e Membro Titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX	140.448.620-87	Controle	Controlada Indireta
Diretor presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
TELMEX DO BRASIL S.A.	02.667.694/0001-40		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX	140.448.620-87	Controle	Controlada Indireta
Diretor presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
REYC COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	95.853.263/0001-50		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX	140.448.620-87	Controle	Controlada Indireta
Diretor presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.	66.970.229/0001-67		
Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ	059.557.727-07	Controle	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
CEO MERCADO EMPRESARIAL	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ	059.557.727-07	Controle	Controlada Indireta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
TELMEX DO BRASIL S.A.	02.667.694/0001-40		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ	059.557.727-07	Controle	Controlada Indireta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.	66.970.229/0001-67		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
OSCAR VON HAUSKE SOLIS		Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração	N08243552	Estrangeiro(a) - México	
Pessoa Relacionada			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
Membro Titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Direta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
Diretor Executivo Administrativo e Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Direta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
AMERICEL S.A.	01.685.903/0001-16		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRASILCENTER COMUNICAÇÕES LTDA.	02.917.443/0001-77		
Administrador não sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
REYC COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	95.853.263/0001-50		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Direta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO PAY HOLDING S.A.	48.199.539/0001-48		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
ROBERTO CATALÃO CARDOSO Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	952.915.807-63 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> CLARO PAY S.A. – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO Diretor de Contas de Pagamento	34.878.543/0001-28 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> ROBERTO CATALÃO CARDOSO Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	952.915.807-63 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A. Diretor Executivo Administrativo e Financeiro	66.970.229/0001-67 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> ROBERTO CATALÃO CARDOSO Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	952.915.807-63 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A. Diretor	09.132.659/0001-76 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TELMEX DO BRASIL S.A.	02.667.694/0001-40		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO	276.546.358-18	Controle	Controlada Direta
Membro titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
Diretor Executivo Jurídico e Regulatório	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO	276.546.358-18	Controle	Controlada Indireta
Membro titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.	66.970.229/0001-67		
Diretor Executivo Jurídico e Regulatório	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX	140.448.620-87	Controle	Controlada Direta
Diretor presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
Diretor Presidente e membro titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX	140.448.620-87	Controle	Controlada Indireta
Diretor presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
TELMEX DO BRASIL S.A.	02.667.694/0001-40		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX	140.448.620-87	Controle	Controlada Indireta
Diretor presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
REYC COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	95.853.263/0001-50		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX	140.448.620-87	Controle	Controlada Indireta
Diretor presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.	66.970.229/0001-67		
Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ	059.557.727-07	Controle	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
CEO MERCADO EMPRESARIAL	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ	059.557.727-07	Controle	Controlada Indireta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
TELMEX DO BRASIL S.A.	02.667.694/0001-40		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ	059.557.727-07	Controle	Controlada Indireta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.	66.970.229/0001-67		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
OSCAR VON HAUSKE SOLIS		Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração	G16179650	Estrangeiro(a) - México	
Pessoa Relacionada			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
Membro Titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Exercício Social 31/12/2022			
Administrador do Emissor			
ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO	276.546.358-18	Controle	Controlada Direta
Membro titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
Diretor Executivo Jurídico e Regulatório	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO	276.546.358-18	Controle	Controlada Indireta
Membro titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	37.185.266/0001-66		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO	276.546.358-18	Controle	Controlada Indireta
Membro titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.	66.970.229/0001-67		
Diretor Executivo Jurídico e Regulatório	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO	276.546.358-18	Controle	Controlada Indireta
Membro titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES DE LONGA DISTÂNCIA LTDA	07.053.718/0001-95		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO	276.546.358-18	Controle	Controlada Indireta
Membro titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUNBIRD PARTICIPAÇÕES LTDA.	03.749.039/0001-02		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO	276.546.358-18	Controle	Controlada Indireta
Membro titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUNBIRD TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	04.221.536/0001-98		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO	276.546.358-18	Controle	Controlada Indireta
Membro titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
USTORE SOFTWARE E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A.	16.826.461/0001-58		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
-			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Direta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
Diretor Executivo Administrativo e Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Direta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
AMERICEL S.A.	01.685.903/0001-16		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BRASILCENTER COMUNICAÇÕES LTDA.	02.917.443/0001-77		
Administrador não sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
REYC COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	95.853.263/0001-50		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Direta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO PAY HOLDING S.A.	48.199.539/0001-48		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO PAY S.A. – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO	34.878.543/0001-28		
Diretor de Contas de Pagamento	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A.	09.132.659/0001-76		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
TELMEX DO BRASIL S.A.	02.667.694/0001-40		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	952.915.807-63	Controle	Controlada Indireta
Membro Titular do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.	66.970.229/0001-67		
Diretor Executivo Administrativo e Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX	140.448.620-87	Controle	Controlada Direta
Diretor presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
Diretor Presidente e Membro Titular do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX	140.448.620-87	Controle	Controlada Indireta
Diretor presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
TELMEX DO BRASIL S.A.	02.667.694/0001-40		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
-			
Administrador do Emissor			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX Diretor presidente	140.448.620-87 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> REYC COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA. Diretor	95.853.263/0001-50 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u> -			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX Diretor presidente	140.448.620-87 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A. Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	66.970.229/0001-67 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u> -			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX Diretor presidente	140.448.620-87 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> USTORE SOFTWARE E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A. Diretor Presidente	16.826.461/0001-58 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u> -			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX	140.448.620-87	Controle	Controlada Indireta
Diretor presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	37.185.266/0001-66		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
-			

Administrador do Emissor			
JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ	059.557.727-07	Controle	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CLARO S.A.	40.432.544/0001-47		
CEO Mercado empresarial	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
-			

Administrador do Emissor			
JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ	059.557.727-07	Controle	Controlada Indireta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
TELMEX DO BRASIL S.A.	02.667.694/0001-40		
Diretor presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
-			

Administrador do Emissor			
JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ	059.557.727-07	Controle	Controlada Indireta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.	66.970.229/0001-67		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
-			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ	059.557.727-07	Controle	Controlada Indireta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	37.185.266/0001-66		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
-			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ	059.557.727-07	Controle	Controlada Indireta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
USTORE SOFTWARE E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A.	16.826.461/0001-58		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
-			
<hr/>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
OSCAR VON HAUSKE SOLIS Presidente do Conselho de Administração	G16179650	Controle Estrangeiro(a) - México	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CLARO S.A. Membro Titular do Conselho de Administração	40.432.544/0001-47 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia participa como tomadora de uma apólice de seguro de Responsabilidade Civil – Diretores e Administradores (D&O) para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores contratada junto à CHUBB Seguros Brasil S/A (“seguradora”), cujo valor do prêmio líquido de seguro aproximado é de R\$ R\$ 1.735.019,02 que abrange também as controladas, tendo como vigência 01 de abril de 2025 a 01 de abril de 2026.

O presente seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações cobertas feitas contra os Conselheiros, Diretores e/ou Administradores em virtude de atos danosos pelos quais busque sua responsabilização, estipulados por Tribunal Civil ou por acordo aprovado pela seguradora.

7.8 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 7.

8.1 Política ou prática de remuneração

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia não possui política ou prática de remuneração uma vez que todos os membros da Administração (Conselho e Diretoria) são remunerados no exercício de outros cargos executivos em outras empresas do grupo.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria**

Não aplicável tendo em vista que os administradores não recebem remuneração pela Companhia.

- c. composição da remuneração**

Não aplicável tendo em vista que os administradores não recebem remuneração pela Companhia.

- d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Todos os membros da Administração (Conselho e Diretoria) são remunerados no exercício de outros cargos executivos em outras empresas do grupo.

- e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 Remuneração total por órgão

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável por não possuir remuneração do Conselho de Administração e Diretoria. Não existe Conselho Fiscal. Os membros do Conselho de Administração e Diretoria exercem outros cargos no grupo e têm suas remunerações suportadas pelas empresas do grupo.

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável por não possuir remuneração do Conselho de Administração e Diretoria. Não existe Conselho Fiscal. Os membros do Conselho de Administração e Diretoria exercem outros cargos no grupo e têm suas remunerações suportadas pelas empresas do grupo.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não existe plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existe remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, sob opção de compra.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não existem outorgas de opções de compra de ações realizadas.

8.7 Opções em aberto

Não existem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não existem opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não existe remuneração baseada em ações, sob forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.10 Outorga de ações

Não existe remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existe remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.12 Precificação das ações/opções

Não existem remunerações baseadas em ações e nem opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e/ou Diretoria Estatutária.

8.13 Participações detidas por órgão

Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

31/12/2023	Sociedade		Controladas / Controlador Indireto Comum	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias (1)	Ações Ordinárias
Conselho de Administração	-	-	-	-
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria	-	-	1	-

(1) Representado por 1 ação ordinária da controlada indireta Telmex do Brasil S.A.

8.14 Planos de previdência

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não possui planos de previdência em vigor conferidos aos membros da Administração (Conselho e Diretoria). O plano existente a estes concedido é unicamente oferecido pelas empresas do grupo que suportam a remuneração destes.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável por não possuir remuneração do Conselho de Administração e Diretoria. Não existe Conselho Fiscal. Os membros do Conselho de Administração e Diretoria exercem outros cargos no grupo e têm suas remunerações suportadas pelas empresas do grupo.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Não há remuneração aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores.

8.18 Remuneração - Outras funções

Não aplicável tendo em vista que os administradores não recebem remuneração pela Companhia.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A remuneração recebida pelos membros da administração do emissor (conselho e diretoria estatutária) é somente paga pelas controladas do emissor conforme especificada no quadro abaixo:

Valores em R\$				
Exercício social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Previsão para o exercício em 31/12/2025	6.464.412	30.282.989	-	36.747.401
31/12/2024	5.053.090	27.348.974	-	32.402.064
31/12/2023	4.977.050	26.542.559	-	31.519.609
31/12/2022	4.584.973	25.328.179	-	29.913.152

8.20 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
28/04/2022	28/04/2022		
Descrição dos serviços prestados			
Os serviços contratados para o exercício de 2024 envolveram: i) Auditoria das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. e das empresas do grupo e auditoria das informações trimestrais individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A; ii) Procedimentos Previamente Acordados sobre o Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC 2023), e iii) Avaliação dos controles de TI, nos processos de Gerenciamento de Mudanças, Acessos e Operações de TI.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Para cada um dos serviços descritos no campo "Descrição dos serviços prestados" foram pagos os seguintes valores: a) R\$11.174.362,78 para os serviços descritos no item i); e b) R\$248.097,00 para os serviços descritos nos itens ii e iii).			
Justificativa da substituição			
Mudança para atendimento a norma da CVM sobre rodízio de firmas de auditoria.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
não se aplica			

Código CVM do Auditor	003859		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
25/04/2025	25/04/2025		
Descrição dos serviços prestados			
Os serviços contratados para o exercício de 2025 envolverão auditoria das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. e das empresas do grupo e revisão das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A definir			
Justificativa da substituição			
Em razão da rotatividade dos auditores requerida no Art.31 da Resolução CVM nº23/2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria independente da Companhia em substituição à Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

A Claro Participações é subsidiária da América Móvil e a contratação dos serviços de auditoria externa é de responsabilidade do Comitê de Auditoria da América Móvil, quem avalia a independência e a não existência de conflitos de interesse com os auditores. Os trabalhos referentes à revisão das Demonstrações Financeiras são submetidos para aprovação do Comitê de Auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': O emissor é uma holding e não possui funcionários.

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	0	0	0	1
Não-liderança	0	0	0	0	1
TOTAL = 2	0	0	0	0	2

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': O emissor é uma holding e não possui funcionários.

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	0	0	0	0	0	1
Não-liderança	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL = 2	0	0	0	0	0	0	2

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	0	1
Não-liderança	0	0	1
TOTAL = 2	0	0	2

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	1	0
Não-liderança	0	1	0
TOTAL = 2	0	2	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	1	0	0
Não-liderança	0	0	0	1	0	0
TOTAL = 2	0	0	0	2	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': O emissor é uma holding e não possui funcionários.

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	2
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 2	0	0	0	0	2

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': O emissor é uma holding e não possui funcionários.

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	2
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 2	0	0	0	0	0	0	2

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	0	2
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 2	0	0	2

10.1 Descrição dos recursos humanos

a. Número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem:

- i. Identidade autodeclarada de gênero
- ii. Identidade autodeclarada de cor ou raça
- iii. Faixa etária
- iv. Outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

c. Índice de rotatividade.

O emissor é uma *holding* e não possui funcionários.

10.2 Alterações relevantes

Até a data do arquivamento deste Formulário de Referência, não há alterações relevantes a serem mencionadas.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

- a. Política de salários e remuneração variável
- b. Política de benefícios
- c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:
 - i. grupos de beneficiários
 - ii. condições para exercício
 - iii. preços de exercício
 - iv. prazos de exercício
 - v. quantidade de ações comprometidas pelo plano
- d. Razão entre:
 - (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e
 - (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

O emissor é uma *holding* e não possui funcionários.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
1,00	1,00	1,00

Esclarecimento

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

O emissor é uma *holding* e não possui funcionários.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 10.

11.1 Regras, políticas e práticas

Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de partes relacionadas para garantir que as transações estejam em condições de mercado, comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros. As transações com partes relacionadas são praticadas em condições e prazos acordados entre as partes. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento. Certas transações (*cobilling*, longa distância, venda de equipamentos, taxa cobrada pelo uso da marca “Claro” e outros), por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, são estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
América Móvil Colômbia, S.A.C.	31/12/2024	0,00	75.726.736,98	0	Indeterminada	
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum.					
Objeto contrato	Contrato de licença para uso de diversas marcas de propriedade da Claro.					
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
América Móvil Perú	31/12/2024	0,00	9.588.494,28	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum.					
Objeto contrato	Conteúdo e programação.					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Amov Finance B.V.	11/01/2021	0,00	3.588.636.557,83	0	15/03/2027	11,50%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútu					
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Amov Finance B.V.	26/07/2021	0,00	1.538.860.066,33	0	26/07/2028	10,30%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútu					
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Amov Finance B.V.	20/12/2021	0,00	564.115.826,67	0	20/12/2028	12,00%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútu					
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Amov Finance B.V.	30/06/2021	0,00	1.029.030.925,66	0	15/03/2027	11,50%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútu					
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Amov Finance B.V.	23/01/2023	0,00	1.550.930.118,91	0	24/01/2028	13,30%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútuo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Amov Finance B.V.	03/02/2023	0,00	409.513.818,32	0	03/02/2028	13,10%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútuo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Amov Finance B.V.	17/02/2023	0,00	391.326.005,81	0	17/02/2028	13,05%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútuo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Amov Finance B.V.	29/03/2023	0,00	566.803.774,05	0	29/03/2028	12,80%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútuo					
Garantia e seguros	-					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Amov Finance B.V.	15/08/2023	0,00	863.896.862,22	0	15/08/2028	10,88%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútuo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AMX Argentina, S.A.	31/12/2024	0,00	143.128.475,46	0	Indeterminada	
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de licença para uso de diversas marcas de propriedade da Claro.					
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AMX INTERNATIONAL MOBILE, S.A. DE C.V.	28/01/2002	0,00	10.186.530.800,84	0	30/06/2033	4,19%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútuo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AMX INTERNATIONAL MOBILE, S.A. DE C.V.	04/06/1998	0,00	5.177.516.308,41	0	30/06/2033	3,96%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútuo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AMX INTERNATIONAL MOBILE, S.A. DE C.V.	09/03/2021	0,00	619.214.153,68	0	10/03/2026	3,14%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútuo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AMX INTERNATIONAL MOBILE, S.A. DE C.V.	11/03/2021	0,00	4.207.017,24	0	11/03/2030	4,90%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútuo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AMX INTERNATIONAL MOBILE, S.A. DE C.V.	29/08/2024	0,00	3.947.558.538,00	0	12/03/2030	11,40%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútu					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Compañia Dominicana de Telefonos, S. A.	31/12/2024	0,00	47.436.732,96	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de licença para uso de diversas marcas de propriedade da Claro.					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Grupo AMX	31/12/2024	0,00	86.704.965,05	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum.					
Objeto contrato	Diverso					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Grupo AMX	31/12/2024	0,00	804.138.939,66	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum.					
Objeto contrato	Diverso					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Olympic Plaza Holding N.V.	15/01/2021	0,00	1.321.733.408,99	0	15/01/2026	2,54%
Relação com o emissor	Controlador indireto em comum					
Objeto contrato	Contrato de mútu					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**n. Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

Para evitar conflitos de interesses, a Companhia estabelece diretrizes, as práticas exigidas pela legislação, regras e procedimentos para tratar situações de potencial conflitos de interesses que possam surgir para zelar pela transparência e independência nas relações entre a Companhia e suas partes relacionadas.

o. Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Conforme mencionado no item 11.1 deste Formulário de Referência, a Companhia possui Política para Transações com Partes Relacionadas, que tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações com partes relacionadas, assegurando a comutatividade e transparência das operações.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
14/06/2024	14/06/2024	11.717.414.047,27	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
251.307.342.891	0	251.307.342.891	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
14/06/2024	14/06/2024	11.717.414.047,27	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
251.307.342.891	0	251.307.342.891	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
14/06/2024	14/06/2024	11.717.414.047,27	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
251.307.342.891	0	251.307.342.891	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas

Não aplicável, visto que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 14 de junho de 2024, foi aprovado pela totalidade dos debenturistas o resgate antecipado facultativo total das debêntures objeto da 2ª emissão, pelo montante de R\$2.199.455.580,70, cujo pagamento ocorreu na mesma data da deliberação.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, as Debêntures foram objeto de colocação exclusivamente privada e não serão negociadas em qualquer mercado organizado.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As Debêntures foram objeto de colocação exclusivamente privada e não serão negociadas em qualquer mercado organizado.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que não houve negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que não houve emissão de títulos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável, uma vez que o emissor não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 12.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
JOSÉ ANTONIO GUARALDI FÉLIX	Diretor Presidente
ROBERTO CATALÃO CARDOSO	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

José Antônio Guaraldi Félix, Diretor Presidente da Claro Telecom Participações S.A., declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by:

Jose Antonio Guaraldi Felix

289E1B0CB6BE459

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Roberto Catalão Cardoso, Diretor de Relações com Investidores da Claro Telecom Participações S.A., declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by:

Roberto Catalão Cardoso

0E071E7200114B6

Roberto Catalão Cardoso
Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.